



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2005

Brasília

Fevereiro de 2006

SUMÁRIO

	Pág.
Membros da CDHM.....	03
Funcionários da CDHM	05
Homenagem ao ex-assessor jurídico da CDHM	06
O que é a Comissão de Direitos Humanos e Minorias.....	07
Apresentação – Comunicar para garantir direitos.....	09
Atuação Internacional	12
Moções e Notas Oficiais	15
Denúncias recebidas pela CDHM em 2005	24
A CDHM e o Orçamento da União	27
Requerimentos aprovados em 2005	28
Eventos realizados	
- Audiências Públicas	49
- Seminários e outros eventos	64
Rede Parlamentar Nacional de Direitos Humanos	77
Prêmio Comunicação e Direitos Humanos “Mateus Afonso da Silva”.....	80
Subcomissões	81
Missões Externas.....	81
Atuação legislativa	83

MEMBROS DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

PRESIDENTE: **Deputada IRINY LOPES** (PT/ES) 15/12/2005 - última atualização

1º VICE-PRESIDENTE: **Deputado LUIZ COUTO** (PT/PB)

2º VICE-PRESIDENTE: **Deputado POMPEO DE MATTOS** (PDT/RS)

3º VICE-PRESIDENTE: **Deputado CHICO ALENCAR** (PT/RJ)

DEPUTADO	PARTIDO	EST.	GAB.	TELEFONE
CHICO ALENCAR	PT	RJ	848	3215-5848
IRINY LOPES	PT	ES	267	3215-5267
LUCI CHOINACKI	PT	SC	282	3215-5282
LUIZ ALBERTO	PT	BA	954	3215-5954
LUIZ COUTO	PT	PB	442	3215-5442
ORLANDO FANTAZZINI	PT	SP	579	3215-5579
SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB	MA	405	3215-5405
PASTOR REINALDO	PTB	RS	438	3215-5438
LEONARDO MATTOS	PV	MG	914	3215-5914
MÁRIO HERINGER	PDT	MG	212	3215-5212
POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	810	3215-5810
ALBERTO FRAGA	Bloco PFL, PRONA	DF	321	3215-5321

SUPLENTE

DEPUTADO	PARTIDO	EST.	GAB.	TELEFONE
ADÃO PRETO	PT	RS	271	3215-5271
ANA GUERRA	PT	MG	578	3215-5578
JOÃO ALFREDO	PT	CE	566	3215-5566
LUIZ EDUARDO GREENHALGH	PT	SP	466	3215-5466
MARIA DO ROSÁRIO	PT	RS	471	3215-5471
FERNANDO DE FABINHO	Bloco PFL, PRONA	BA	904	32155904
ALCESTE ALMEIDA	PMDB	RR	902	3215-5902
BERNARDO ARISTON	PMDB	RJ	710	3215-5710
JAIRO CARNEIRO	BL. PFL, PRONA	MG	420	3215-5420
EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	540	3215-5540
JOÃO ALMEIDA	PSDB	BA	652	3215-5652
JOSÉ LINHARES	PP	CE	860	3215-5860
NILTON BAIANO	PP	ES	618	3215-5618
PAULO GOUVÊA	PL	RS	641	3215-5641
GERALDO THADEU	PPS	MG	248	3215-5248
ROBERTO FREIRE	PPS	PE	637	3215-5637
JOVINO CÂNDIDO	PV	SP	238	3215-5238

**FUNCIONÁRIOS DA
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**

SECRETÁRIO

Márcio Marques de Araújo

ASSESSORIA TÉCNICA

Augustino Pedro Veit
Antônio José dos Santos
Carlos Magno Lisboa
Hugo Luis Castro de Mello
Juarez Aires Sampaio

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Luciana Miranda Lima

SETOR ADMINISTRATIVO

Clotildes de Jesus Vasco
Aldenir Áurea da Silva
Maria da Consolação Soares
Maria Herlene Ximenes de Souza Oliveira
Sônia Palhares Marinho
Amarildo Geraldo Formentini
Sônia Hypolito Lichtsztejn

SETOR DE INFORMÁTICA

Washington Carlos Maciel da Silva

SETOR DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Juracema Camapum Barroso
Maria do Carmo Souza Santos
Ana Lúcia Dornelles
Norma Rejane Eaton

ESTAGIÁRIOS:

Graziany Marques dos Reis
Ricardo Saboya Rocha Miranda
Carlos Alexandre Mota

Com. de Dir. Hum. e Minorias da Câmara dos Deputados

Fones: 55(061) 216-6570
Fax: 55(061) 216-6580
E-mail: cdh@camara.gov.br
Home page: <http://www.camara.gov.br/cdh>
Endereço: Câmara dos Deputados
Anexo II - Sala 185 - A - Pavimento Superior
CEP 70160-900 - Brasília-DF - Brasil

Homenagem

Ao ex-assessor jurídico da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Mateus Afonso Medeiros, advogado e defensor dos direitos humanos, falecido em 30 de janeiro de 2005, aos 29 anos de idade.

Mateus deixou importante contribuição aos trabalhos da Comissão e uma grande saudade dos colegas e de todos os que o conheceram.

O QUE É A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS ?

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) é uma das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados. Constituída por 18 deputados membros titulares e 18 membros suplentes, é dirigida por um presidente e três vice-presidentes. Teve sua constituição aprovada por unanimidade do plenário da Câmara dos Deputados no dia 31 de janeiro de 1995.

Ao criar o novo órgão técnico, o parlamento brasileiro concretizava uma antiga aspiração das entidades civis ligadas ao tema. A criação de uma Comissão Permanente de Direitos Humanos vinha sendo sugerida em diferentes ocasiões, como nos relatórios de CPIs e comissões externas, nos episódios afetos aos direitos com repercussão nacional etc. Comprometido com o avanço dos direitos humanos na Constituição de 1988, o parlamento dava um passo vigoroso no sentido de institucionalizar a promoção e defesa desses direitos. Pode-se dizer, assim, que a CDH é fruto do desenvolvimento da democracia brasileira.

A CDH valeu-se da experiência acumulada por parlamentares que atuaram em legislaturas anteriores da Câmara em comissões que investigaram casos específicos relacionados aos direitos humanos, e por outros, ex-deputados estaduais, que agregaram o acúmulo de suas militâncias como integrantes de Comissões de Direitos Humanos em Assembléias Legislativas e ativistas do movimento social.

A CDH converteu-se no desaguadouro de denúncias trazidas pela sociedade à Câmara dos Deputados, permitindo uma resposta rápida às violações que ficariam sujeitas à incerta criação de CPI. O Congresso Nacional dotou-se, desta forma, de um instrumento capaz de exercer sua função propositiva e fiscalizadora com a agilidade e amplitude que exigem os direitos humanos, equiparando-se desta forma aos parlamentos das mais modernas democracias do mundo.

Atividades

Além de receber e encaminhar denúncias e de fiscalizar os órgãos de Estado, a CDH trabalha como autora de proposições legislativas (projetos de lei, emendas, indicações, requerimentos). A partir da reforma do regimento interno da Câmara dos Deputados, em 2004, o colegiado passou a chamar-se Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), conquistando poder deliberativo sobre todas as modalidades de proposição legislativa em sua área de competência temática.

A cooperação com outras instituições do poder público e com a sociedade civil é outra missão regimental da CDHM. Audiências Públicas, seminários e outros eventos são realizados constantemente com a parceria dessas entidades. É sistemática a comunicação entre a comissão e organizações não-governamentais, instituições públicas, órgãos de imprensa e organismos internacionais no planejamento de suas atividades. A CDHM tornou-se, para as organizações sociais atuantes em direitos humanos, uma importante referência política, um suporte institucional qualificado e um organismo disposto a colaborar nas atividades da área.

A CDHM acompanha o trabalho das organizações responsáveis por direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA) e Ongs internacionais, mantendo cooperação com base nos instrumentos internacionais de que o Brasil é signatário. Desta forma, a Comissão contribui para a integração do País no sistema global e regional de proteção desses direitos. Em 2005 foi criado, com a participação da CDHM, organismos internacionais, organizações sociais e de Estado, o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, para acompanhar e contribuir no aperfeiçoamento das políticas públicas relacionadas a essa interface temática cada vez mais importante num mundo globalizado.

O regime jurídico da CDH, previsto pela Resolução nº 80/95 da Câmara dos Deputados, enumera, além das competências comuns a todas as demais comissões permanentes, as seguintes atribuições: "recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas à ameaça ou violação de direitos humanos; fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção dos direitos humanos; colaboração com entidades não-governamentais, nacionais e internacionais, que atuem na defesa dos direitos humanos; pesquisa e estudos relativos à situação dos direitos humanos no Brasil e no mundo, inclusive para efeito de divulgação pública.

APRESENTAÇÃO

Comunicar para garantir direitos

Deputado Iriny Lopes (PT/ES)
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias em 2005

O trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), que tive a honra de presidir em 2005, deu ênfase à reaproximação com os movimentos organizados que historicamente lutam pela defesa dos direitos humanos no Brasil. Essa nossa movimentação procurou resgatar com as entidades o diálogo e a mobilização que estavam meio esquecidos. Nosso objetivo com essa aproximação era melhorar o fluxo de demandas da sociedade e a qualificação das políticas públicas para o setor.

Do primeiro café da manhã com os companheiros do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, logo depois de minha posse, em março de 2005, até o final de minha gestão, em fevereiro de 2006, muitos avanços ocorreram, conforme demonstra este relatório.

A gestão 2005 da CDHM foi marcada pela permanente avaliação crítica das políticas públicas em direitos humanos implantadas pelo Estado. Associado a esse acompanhamento, também contribuímos para a formulação de outras formas de defender direitos e, quando constatamos ineficiência, cobramos das autoridades públicas a solução de problemas, os quais foram, em diversas ocasiões resolvidos.

Nessa relação com diferentes instâncias do poder público, tivemos exemplos memoráveis de compromisso com os direitos humanos, como na abertura dos arquivos da repressão. Nesse processo contamos com a sensibilidade da chefe da Casa Civil, ministra Dilma Rousseff, que atendeu, na medida de suas possibilidades, aos nossos apelos e compreendeu o papel institucional desta Comissão. Em vários Estados e municípios, pudemos contar também com a colaboração de agentes públicos de diferentes correntes políticas, o que permitiu a soma de esforços indispensável para avançar na implementação dos direitos.

Por outro lado, não faltaram frustrações em face da grandeza dos problemas que não conseguimos resolver. Foram muitos os episódios de violência cometida pelo Estado contra o cidadão que não puderam ser evitados e, por vezes, nem punidos. Ressalto, nesse contexto, a violência cometida por policiais, o desinteresse de alguns governadores em enfrentar esse problema de frente, além da falta de articulação de soluções para a segurança pública em nível nacional.

Um exemplo da complacência com a violência de agentes públicos ocorreu no Estado de Goiás, onde crianças desapareceram depois de serem abordadas por viaturas da Polícia Militar. Sem notícias de vida ou de morte, os pais e amigos dessas crianças nos procuraram. Ouvimos a dor dessas pessoas, procuramos respostas por meio de requerimentos de informação, solicitamos ao governador Marcone Perillo que ouvisse o apelo das famílias. Não recebemos resposta.

Outro exemplo com o qual a consciência humanitária não pode se conformar é com a situação da Febem, em São Paulo, símbolo do tratamento desumano aos adolescentes que mais precisam apoio do Estado. Os conhecidos diagnósticos e a legislação do ECA não se mostraram suficientes para sensibilizar as autoridades do Estado. Em 2005 continuaram a ocorrer sucessivas rebeliões, denúncias de maus-tratos, tortura e outras violações que mancham a imagem de nosso país perante a comunidade internacional.

Como esses, muitos outros casos chocaram o país e mobilizaram a CDHM, como o sofrimento das mulheres encarceradas, a absolvição, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, dos autores do maior massacre perpetrado no Brasil – o do Carandiru, o altíssimo número de mortos pela polícia na periferia das grandes cidades, a violência doméstica contra a mulher e a criança.

Diálogo e mobilização

A maior aproximação da CDHM dos movimentos sociais e outras instituições do poder público que se dedicam aos direitos humanos permitiu que impulsionássemos um debate ainda novo no Brasil: a comunicação como direito humano. Juntos formulamos idéias que serviram para "oxigenar" as discussões junto às entidades. Procuramos equilibrar a defesa de políticas de reparação dos erros cometidos no passado com a o convite a um olhar para o futuro, com a incorporação do direito à comunicação na agenda dos defensores.

No decorrer do debate, não nos limitamos ao direito da livre expressão, cujo debate já vem se acumulando no Brasil, principalmente após os anos ditatoriais, sob a ótica da liberdade de imprensa. Ampliamos o enfoque da comunicação, para incorporar e enfatizar o conceito do direito de voz, que, de tão revolucionário e ameaçador de interesses econômicos consolidados, ficara esquecido nas gavetas acadêmicas.

Para debater, difundir e nivelar esse conceito, realizamos alguns eventos a respeito, sendo o principal deles o Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado nos dias 17 e 18 de agosto de 2005, na Câmara dos Deputados, em

parceria com o Fórum Nacional de Entidades. Procuramos demonstrar como o direito à comunicação é base para a realização de todos os demais direitos humanos.

Para se violar os direitos humanos é preciso que muitas vozes estejam caladas. Se há trabalho escravo nos latifúndios brasileiros, é porque existem vozes escravizadas sufocadas. Para se violar a infância, é preciso sufocar o choro. Para tornar pobres, presos, mulheres, negros, índios, homossexuais e pessoas com deficiência física e mental vítimas de preconceito e discriminação, é preciso abafar seus gritos. E é contra isso que devemos lutar. Como bem lembrou o nosso querido bispo do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, "a comunicação é a ferramenta da democracia. Para que exista uma democracia verdadeiramente popular, é imprescindível que ocorra também uma comunicação verdadeiramente popular".

Outra frente importante da atuação da CDHM em 2005 foi a valorização e proteção do defensor de direitos humanos. É necessário compreender quem é esse defensor, entender sua luta. Isso vale para que o próprio defensor se conscientize de seu papel social e para que a sociedade o reconheça e possa contar com ele. Trata-se de reconhecer a luta pelos direitos humanos em nosso país e no mundo, visto que estamos falando de direitos universais, que somente desta forma podem ser entendidos. A figura da missionária Dorothy Stang, assassinada em fevereiro de 2005, para interromper uma vida de proteção aos direitos humanos e ao meio ambiente, é emblemática da grandeza e do perigo em que vivem os defensores.

Concluída essa etapa do trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, é importante agora continuar lutando, denunciar as violações, compreender suas causas, propor políticas públicas que previnam a violência e façam avançar os direitos humanos. Todos eles: civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. A CDHM é um fórum com que muito tem contribuído nesse trabalho. A Comissão de Direitos Humanos é patrimônio da democracia brasileira, uma conquista de todos, destinada por isso a ser parceira de sempre de todos aqueles que lutam para fazer valer a sua voz. Diversas demandas trazidas ao nosso conhecimento bem como trabalhar em sintonia com a política implementada pela Secretaria Especial dos Direitos da Presidência da República e em colaboração permanente com o Ministério Público Federal.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

Ganha importância crescente num mundo globalizado os direitos relacionados à migração internacional. No Brasil essa realidade se expressa em distintas questões, como a dos direitos dos brasileiros no exterior, dos cidadãos de outros países no Brasil, a naturalização, o trabalho, a discriminação.

O aumento da migração de brasileiros para o exterior vem demandando uma necessária capacitação do poder público para apoiar esses nacionais, que já passam de três milhões espalhados pelo mundo. Na esteira da novela América, várias denúncias chegaram à CDHM sobre os sofrimentos dos migrantes que tentam ingressar nos Estados Unidos da América, vítimas dos chamados coyotes. O tema foi objeto de audiência pública, acompanhamentos de processos, sugestões ao Ministério das Relações Exteriores e soma de esforços com outros setores do Legislativo. Também ocorreram denúncias de seqüestros de crianças brasileiras por pais estrangeiros, que os tiraram das mães; exploração sexual de brasileiras no exterior, brasileiros vítimas de preconceito, discriminação e até assassinato em outros países.

No sentido inverso da migração internacional, de outros países para o Brasil, a CDHM registrou denúncias para os quais buscou soluções e fez os devidos acompanhamentos. A maior preocupação diz respeito às condições indignas de trabalho e moradia em que vivem no Brasil trabalhadores oriundos de países vizinhos.

A CDHM articulou um debate com o Ministério da Justiça e organizações sociais com o objetivo de aperfeiçoar o anteprojeto de Lei da Migração e Naturalização, que substituirá a Lei dos Estrangeiros. A idéia é construir uma política de imigração humanista, atual e que credencie o Brasil a conquistar o mesmo tratamento aos seus cidadãos no mundo.

A troca de informações, a cooperação e o diálogo permanentes marcam a relação da CDHM com organizações não-governamentais de âmbito internacional, como a Anistia Internacional, Federação Internacional de Direitos Humanos, Conselho Britânico etc.

Relação da CDHM com Missões de Altos Comissários e Relatores internacionais ao Brasil

A colaboração com os relatores temáticos da ONU e OEA que visitam o Brasil é outro campo de atividade que a CDHM valoriza. Várias missões oficiais desses relatores vieram ao país em 2005. Todas se encontraram com representantes da Comissão, que preparou informes sobre os temas das missões. A CDHM colaborou também na produção dos relatórios setoriais dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, sob responsabilidade dos relatores da Plataforma Brasileira dos DHESCs.

Comitê Anti-Tortura da ONU – Coordenado pelo ex-relator contra a tortura, Sir Nigel Rodley, o CAT fez inspeção oficial no Brasil sobre a implementação dos instrumentos internacionais de que o país é signatário nessa área. A CDHM criou um Grupo de Trabalho junto com outras organizações, cujo resultado foi um amplo relatório sobre o crime da tortura no Brasil. O trabalho de investigação e compilação foi entregue ao CAT, como contribuição à missão oficial ao Brasil em julho de 2005. O Grupo de Trabalho contra a Tortura foi criado a partir da Subcomissão contra a Violência Institucional. Coordenado pelo primeiro vice-presidente da CDHM, deputado Luiz Couto (PT-PB), o GT contou com as participações dos deputados Geraldo Thadeu (PPS-MG), Orlando Fantazzini (P-Sol-SP), Jovino Cândido, dirigentes da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), Movimento Nacional de Direitos Humanos e o Conselho Federal de Psicologia.

Alto Comissário da ONU sobre Refugiados - As reflexões da CDHM sobre a questão dos refugiados tiveram momento importante durante a visita do Sr. Antonio Guterres, ex-primeiro ministro de Portugal e alto comissário da ONU para Refugiados, 08/11/05. Foram analisadas as características da proteção dos refugiados no Brasil e a CDHM emprestou seu apoio a uma política internacional solidária, importante num momento em que várias nações dificultam o ingresso e o reconhecimento dos refugiados.

Delegação Parlamentar de Timor Leste – Uma delegação de 13 parlamentares de Timor Leste foi recebida em 24/08/05 pelo coordenador da Subcomissão de Questões Internacionais, deputado Orlando Fantazzini. Este parlamentar e assessores da CDHM realizaram com os timorenses um seminário de capacitação de 8 horas de duração sobre o sistema internacional de direitos humanos e espaços e técnicas parlamentares para atuação em direitos humanos.

Delegação do Comitê de Assuntos Étnicos da Assembléia Popular Nacional da China - Chefiada pelo vice-presidente do Comitê Permanente, deputado Wu Lianyan, a delegação composta de oito parlamentares foi recebida em 03/11/05. A finalidade da visita foi conhecer o processo histórico e a legislação que trata de relações entre etnias e as políticas para solucionar os problemas étnicos no Brasil.

Relatora da ONU sobre Defensores de Direitos Humanos – A representante especial das Nações Unidas, a paquistanesa Hina Jilani, foi recebida pela presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputada Iriny Lopes (PT-ES), no dia 06 de dezembro, que apresentou uma análise do grau e natureza

dos riscos por que passam os defensores, as fontes de ameaças, as atividades desempenhadas pelos nossos defensores e as propostas de políticas públicas para o setor. Hina Jilani recebeu, na ocasião, do deputado João Alfredo (PSOL – CE), relatório de sua autoria, apresentado à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Terra, sobre o histórico de assassinatos e ameaças contra as lideranças de trabalhadores rurais no Brasil.

Relator Especial sobre os Direitos dos Afrodescendentes e Contra a Discriminação Racial da OEA – O relator da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ligada à OEA, Clare Roberts, foi recebido em audiência na CDHM em 29/06/05. O objetivo de sua visita ao Brasil foi difundir a existência e as linhas gerais de trabalho da Relatoria Especial, estabelecer diálogo com autoridades do Governo Federal e sociedade civil, a fim de conhecer a política desenvolvida pelo Brasil na proteção dos direitos dos afrodescendentes.

O embaixador da Grécia no Brasil – Sr. Andonios Nicolaidis, em visita à CDHM em 01/11/05, é recebido pela presidente Iriny Lopes. No encontro são tratados temas as situações, as políticas públicas e legislações do Brasil e Grécia na área de direitos humanos, bem como espaços de cooperação entre os dois países.

Senado da Itália – O presidente da Comissão Extraordinária para a Tutela e a Promoção dos Direitos Humanos do Senado da Itália, senador Enrico Pianetta - foi recebido pela presidente da Comissão em 04/08/05 para troca de experiências e informações sobre a atuação das comissões brasileiras e italiana.

Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa

Um grupo formado por organismos internacionais, da sociedade civil e do Estado começou a acompanhar as atividades internacionais do Brasil na área de direitos humanos, especialmente nas comissões da ONU e da OEA. O Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa surgiu como resposta à necessidade de maior participação na política externa do país, a exemplo do que já ocorre em outros setores. Sua criação foi decidida em 28 de setembro de 2005, durante audiência pública da CDHM, quando foi lançado o informe *Política Externa e Direitos Humanos: o Brasil na Comissão de Direitos Humanos da ONU*, realizado pela Ong Conectas, com apoio da Rede Universitária de Direitos Humanos.

O Comitê está vinculado à Subcomissão para Questões Internacionais da CDHM e sua missão é “contribuir no controle social da política externa com recorte em direitos humanos, por meio da criação e fortalecimento de mecanismos de diálogo entre sociedade civil, parlamento, executivo e judiciário, com o objetivo de promover a prevalência dos direitos humanos na política externa brasileira”.

A agenda do Comitê para 2006 inclui eventos para identificar e propor mecanismos de interlocução, ações conjuntas na América do Sul e posicionamento do Brasil sobre a reforma da ONU, que inclui a criação do

MOÇÕES

Moção de Louvor

À equipe de policiais do Rio Grande do Norte por ter se destacado na defesa dos direitos humanos ao desarticularem e prenderem, sem emprego de força letal, quadrilha de criminosos formada dentro da instituição policial. Este reconhecimento de mérito é extensivo ao Ministério Público, à Ouvidoria de Defesa Social e a Corregedoria de Defesa Social, todas do Estado do Rio Grande do Norte que, numa ação conjunta com a polícia, lograram êxito em tão importante ação em defesa da sociedade.

Durante reunião ordinária de 06 de abril de 2005, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados manifestou seu voto de louvor à equipe de policiais do Rio Grande do Norte responsável pelas investigações e prisões de policiais que, desonrando suas funções de defesa da segurança pública, cometeram crimes contra a vida e o patrimônio.

A ação levada a efeito pelos policiais homenageados faz juz à homenagem desta Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados porque, além do cumprimento eficaz da missão de garantir a segurança da sociedade, a equipe demonstrou isenção e coragem ao desarticular uma quadrilha formada dentro da própria corporação, indicando a força do juramento dos policiais homenageados em defender os valores e princípios que regem a força policial.

Esta manifestação de reconhecimento é extensiva ao Ministério Público, à Ouvidoria de Defesa Social e a Corregedoria de Defesa Social do Estado do Rio Grande do Norte que, numa ação conjunta com a polícia, lograram êxito em tão importante ação em defesa da sociedade. Essa ação demonstrou a importância da atuação integrada do poder público para a realização dos princípios que regem o Estado Democrático de Direito, merecendo o reconhecimento da representação política da sociedade brasileira.

Brasília, abril de 2005

Deputada IRINY LOPES
Presidente

Moção de Apoio em Favor da Votação Tempestiva do Decreto Legislativo

que Autoriza a Realização do Referendo Sobre a Venda de Armas no Brasil

O VIII Encontro Parlamentar Nacional de Direitos Humanos, realizado por iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, em Brasília, nos dias 28 e 29 de abril de 2005, aprovou e encaminha Moção de Apoio em favor da votação tempestiva do decreto legislativo que permite a realização do referendo sobre a venda de armas no Brasil, em favor da exclusividade e da objetividade da pergunta a ser feita no citado referendo bem como a inclusão na cédula de votação da opção SIM como resposta para os optantes pela proibição para a venda de armas.

Encaminhe-se a presente moção para conhecimento ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, ao Exmo. Sr. Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh - Relator do Estatuto do Desarmamento na CCJC -, aos Sr. Senadores da República, aos Srs. Deputados Federais, aos Srs. membros do CDDPH, à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, ao Ministério da Justiça e ao Ministério das Cidades.

Brasília - DF, Sala das Sessões em 29 de abril de 2005.

Deputada Iriny Lopes
Presidente

Moção de Congratulações com o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Dr. Sérgio Gardenghi Suiama

*Aprovada em reunião plenária da Comissão de Direitos Humanos e Minorias,
da Câmara dos Deputados, em 26/10/05, por iniciativa da deputada
Iriny Lopes (PT-ES) e do deputado Orlando Fantazzini (P-Sol-SP)*

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias congratula-se com o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Dr. Sergio Gardenghi Suiama, pela sua ação corajosa e responsável no sentido de cobrar das emissoras de televisão respeito aos direitos humanos.

Justificativa

Esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias tem procurado pautar o debate sobre o direito humano à comunicação e tem entre suas principais atividades a campanha *Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania*.

Por isso compreende, valoriza e reconhece as ações que venham a concorrer para que os direitos humanos sejam respeitados também no âmbito da programação televisiva, face à importância da mídia na formação da opinião pública, dos valores e da cultura.

Neste sentido, a iniciativa do procurador Suiama de ajuizar, em conjunto com esta Comissão e várias organizações não-governamentais, Ação Civil Pública pedindo a cassação da concessão da TV Omega Ltda, a Rede TV, evidencia a capacidade proativa do Ministério Público em defender o precioso direito humano à comunicação.

O pedido foi baseado em uma série de ações desrespeitosas aos direitos humanos exibidas no quadro de pegadinhas do programa "Tarde Quente", apresentado pelo humorista João Kleber. Nesse programa, a discriminação por orientação sexual é sistemática.

A ação pede ainda o direito de resposta aos ofendidos, ao longo de 60 dias no horário da atração, além da condenação da Rede TV e de João Kleber a indenizar a sociedade pelo dano moral coletivo, solidariamente, no valor de R\$ 20 milhões, equivalente a 10% do faturamento bruto anual da emissora.

No mesmo dia, o representante do Ministério Público Federal recomendou à direção das lojas Marabraz que a empresa pare de patrocinar o programa.

Por não ser admissível que concessionárias de serviço público, como as TVs, usem o espaço público concedido para violar direitos fundamentais da pessoa humana, o procurador regional no Estado de São Paulo, Dr. Sérgio Gardenghi Suiama é merecedor do reconhecimento desta Comissão, da Câmara dos Deputados e de toda a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 2005

Deputada Iriny Lopes
Presidente

Moção de solidariedade ao Juiz Livingsthon José Machado

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados manifesta sua irrestrita solidariedade ao Juiz LIVINGSTON JOSÉ MACHADO, face à decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais de afastá-lo da Vara de Execuções Criminais de Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O Juiz Livingstthon Machado foi acusado de ato de insubordinação, quando na verdade vinha tomando medidas radicais em favor da dignidade da pessoa humana, amparado no art. 5º, XLIX, da nossa Lei Maior onde "é assegurado aos presos o direito à integridade física e moral", preocupado sempre em garantir os direitos daqueles juridicamente tutelados.

Vale lembrar, entre outras questões, que recentemente morreu, por asfixia, um preso dentro do sistema prisional mineiro em virtude da superlotação.

Esta Comissão não tem dúvidas de que as decisões do Juiz Livingstthon Machado vinham incomodando as autoridades públicas em todo o País responsáveis pela manutenção do sistema prisional. No sistema penitenciário brasileiro, há uma verdadeira antítese entre a realidade prática e os almejos legais referentes a assistência material, médica, jurídica, educacional, social, religiosa que são oferecidos aos condenados.

A medida extrema tomada pelo Juiz Livingstthon, amparada no princípio da dignidade humana, obrigaria todos os gestores, em todos os níveis (Presidente da República, Governadores, Secretários Estaduais, Diretores de estabelecimentos Prisionais, até funcionários que estão no atendimento direto), a tomar medidas sérias e urgentes que ao menos propiciassem um abrandamento da situação caótica que vivenciamos.

Entendemos que a atitude do Juiz Livingstthon deva ser respaldada por todos os seus pares do judiciário mineiro e também pela AMB-Associação dos Magistrados Brasileiros.

Assim, esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, ao tempo em que se solidariza ao Juiz Livingstthon Machado, solicita ao TJ/MG que reveja sua decisão e reconduza-o imediatamente as atividades junto ao Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

Brasília, 24 de novembro de 2005

Deputada IRINY LOPES
Presidente

Moção de Protesto contra excessos da segurança privada da UFPR contra estudantes

Manifestamos o protesto da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados pela forma truculenta e abusiva com que a direção da UFPR lidou com o movimento político de estudantes da instituição que ocuparam sua reitoria. O número excessivo dos agentes de segurança privada utilizados no campus e sua atitude agressiva, o impedimento de retorno dos manifestantes que

deixam o prédio, a proibição de entrada de alimento e água configuram um quadro incompatível com a ordem democrática, o direito de organização e de manifestação política.

Expressamos nossa indignação face ao constrangimento imposto ao membro deste colegiado parlamentar, Deputado Orlando Fantazzini, que teve impedido seu ingresso às dependências da reitoria, aonde foi, no exercício constitucional do mandato parlamentar, mediar o conflito. Esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias foi atingida pela arbitrariedade dirigida contra seu representante e ex-Presidente.

Cabe ainda reafirmar o direito coletivo dos estudantes da UFPR ao protesto que fizeram contra o mecanismo da eleição para reitor e apoiar a reivindicação que fazem pela formação imediata de uma sindicância paritária destinada a apurar indícios de irregularidades. A fiscalização visa a assegurar a transparência e concorrerá para a plena legitimação do processo.

Brasília, 07 de dezembro de 2005

Deputada Iriny Lopes
Presidente

NOTAS OFICIAIS

Nota Oficial sobre a Secretaria Especial de Direitos Humanos

Manifestamos nosso descontentamento com a retirada da Secretaria Especial de Direitos Humanos do âmbito da Presidência da República e a redução de seu status de ministério, por considerar que a decisão representa um retrocesso na capacidade do Estado de atuar na defesa e promoção dos direitos humanos.

A implementação desses direitos requer mudanças de valores e incidências no plano simbólico. Por isso, o governo federal transmitiu à sociedade e aos agentes políticos uma mensagem de redução da importância que atribui aos direitos humanos. Essa decisão frustra a esperança de muitos que, como nós, vêm lutando para elevar o patamar dos direitos humanos no Brasil, condição básica de avanço do processo civilizatório e do aperfeiçoamento das instituições democráticas.

Face à decisão tomada, sem consultas aos segmentos organizados da área, resta expressar nossa forte preocupação no sentido de que a decisão não venha a significar interrupção dos projetos em andamento e desmonte da modesta estrutura criada para gerir as políticas públicas dessa área.

Brasília, 13 de julho de 2005

Deputada Iriny Lopes (PT-ES)
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Nota Oficial Sobre a Abertura de Arquivos Secretos

Brasília, 07 de novembro de 2005

Considerando a recomendação do Comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, durante sua reunião de outubro de 2005, que baseada nos instrumentos internacionais de direitos humanos, concita o Estado brasileiro a abrir sem mais demora os arquivos da repressão na ditadura militar;

Considerando o segundo laudo sobre a queima de documentos na base aérea de Salvador, que aumentou a preocupação com a destruição e ocultação de arquivos;

Considerando a declaração da ministra Dilma Rouseff, coordenadora da Comissão Interministerial sobre Documentos Sigilosos, de que os documentos referidos estariam prestes a serem disponibilizados;

Considerando as atribuições regimentais e constitucionais da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, que luta pela abertura desses arquivos desde que foi criada, em 1995, sempre se defrontando com a recusa de se facultar a vista de tais documentos;

Considerando que a Lei 9.140/1995 incumbiu a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos de estabelecer a verdade histórica sobre os opositores políticos da ditadura militar, bem como de localizar seus restos mortais;

Considerando o direito tradicional das famílias das vítimas, o justo clamor da sociedade brasileira e da comunidade internacional, as lutas e reivindicações do movimento social, bem como o imperativo de respeito à memória histórica do Brasil;

Vimos solicitar sejam fornecidas, na maior brevidade possível, cópias de todos os documentos com informações sobre as circunstâncias dos desaparecimentos e, em caso de mortes, a localização dos corpos dos militantes dados como desaparecidos.

Deputada Iriny Lopes
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Augustino Veit
Presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

Nota Oficial

Abertura dos arquivos da ditadura militar

O anúncio da abertura, ainda que parcial, dos arquivos da repressão na ditadura militar significa o primeiro passo, dos muitos que ainda precisam ser dados, no sentido de restabelecer a verdade histórica e a dignidade dos que tiveram seus direitos violados pelo regime de arbítrio.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados, requer a garantia de participação, na definição dos critérios de classificação dos documentos a serem disponibilizados, das instituições públicas e setores organizados da sociedade que há anos lutam pelo acesso às informações mantidas em sigilo pelo Estado brasileiro.

A destruição de documentos na Base Aérea de Salvador revelaram que parte dos documentos em posse das Forças Armadas não foi enviada à Agência Brasileira de Informação (Abin). Diante deste fato, é importante que o Governo Brasileiro determine, sob pena das responsabilidades legais cabíveis, a entrega de todos os acervos documentais que se encontrem sob a custódia tanto das Forças Armadas como de particulares e os encaminhe à Comissão que será formada para estabelecer as diretrizes da abertura dos arquivos.

Expressamos nosso reconhecimento dos esforços envidados pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, no sentido de concretizar o compromisso firmado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de atender à reivindicação histórica da sociedade brasileira, especialmente das famílias dos mortos e desaparecidos políticos e as organizações de Direitos Humanos.

Brasília, 21 de novembro de 2005

Deputada IRINY LOPES
Presidente

Nota Oficial

CDHM repudia as agressões físicas e psicológicas na prática de trotes dentro do 20º Batalhão de Infantaria Blindado em Curitiba

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados, vem a público manifestar profundo repúdio às agressões físicas e psicológicas que caracterizaram a prática de “troles” dentro do 20º Batalhão de Infantaria Blindado (BIB), em Curitiba, no Paraná. Consideramos saudável a atitude do Exército de afastar o Comandante do 20º BIB, tenente-coronel Ernani Lunardi Filho, e a imediata abertura do Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar o caso. No entanto, sabemos que tais agressões não se tratam de fatos isolados. Novas denúncias dessa prática nos chegaram inclusive de agressões ocorridas dentro do 38º Batalhão de Infantaria, localizado no Espírito Santo, há 10 anos, sob o comando do tenente-coronel Ernani Lunardi Filho, o que caracteriza reincidência.

Diante desses fatos decidimos, em nome desta Comissão:

- 1 – Encaminhar a Exército as denúncias recebidas.
- 2 – Reinterar o pedido de agilidade na apuração das denúncias e responsabilização dos culpados.
- 3 – Confirmadas as denúncias, informamos que não achamos cabível qualquer outra punição que não seja desligamento definitivo do coronel Ernani Lunardi Filho da instituição.

Nota Oficial

Os grampos em telefones da Rede Gazeta

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, informada pelo Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo, vem a público manifestar seu repúdio à escuta telefônica em equipamentos da Rede Gazeta, requisitada pela Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo no início deste ano e autorizada pela 4ª Vara Criminal de Vila Velha. A alegação de autoridades do governo do Estado para solicitar tal grampo é de que o telefone de uma empresa suspeita de pertencer a um dos envolvidos na morte do juiz Alexandre Martins de Castro Filho, ocorrida em 24 de março de 2003, tinha o número de celular idêntico ao da Rede Gazeta. Causa estranheza, entretanto, que ao perceber que se tratava do telefone das empresas Rádio CBN, jornal A Gazeta e TV Gazeta, o governo não tenha interrompido a escuta, pelo contrário, pediu a sua prorrogação, que foi autorizada pelo desembargador Pedro Valls Feu Rosa, na época presidente do inquérito que corria no Tribunal de Justiça, envolvendo o juiz Antonio Leopoldo, acusado de ser um dos mandantes da morte do magistrado.

É inaceitável também a justificativa do secretário de Segurança Pública, Rodney Miranda, de que desconhecia o conteúdo dos grampos. Peca por omissão e deixa entrever que os delegados a quem atribuiu o erro agem por conta

própria, sem que o governo tenha qualquer controle sobre suas ações. As declarações do secretário à Rádio CBN, na manhã de 10 de dezembro, atribuindo a autoria das denúncias a uma advogada dos acusados e ao crime organizado como responsáveis pelo vazamento das informações do grampo, que, segundo ele teriam o objetivo de desestabilizar o trabalho feito pelo governo e anular as condenações dos acusados da morte do juiz Alexandre Martins, também causam preocupação. Isto porque, acusa por dedução (vale lembrar que a denúncia chegou anonimamente ao Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo) de que ela, como defensora de uma das partes teria acesso aos autos do processo, que corre sob sigilo de justiça, e, pior deixou claro que jamais se saberia desse desrespeito às liberdades democráticas e ao inegável direito dos jornalistas em preservar suas fontes não fosse por essa via.

Assistimos aterrorizados ao jogo de empurra entre o governo do Estado e o Judiciário sobre de quem é a culpa. Há uma evidente cumplicidade entre autoridades governamentais e judiciais no caso em questão e ele é grave por que coloca o Espírito Santo numa situação de estado de exceção nunca antes visto. Cerca de 200 jornalistas tiveram suas conversas telefônicas gravadas arbitrariamente – nem o governo, nem a Justiça podem sustentar qualquer argumentação plausível para o fato de jornalistas, que apenas cumprem o seu trabalho de apurar e informar a população dos fatos, terem sido incluídos como suspeitos (por que, no fundo, é isso e nada mais que justifica um pedido e a conseqüente autorização de escuta telefônica em um inquérito policial) num crime.

A Comissão de Direitos Humanos vem demonstrar o seu irrestrito apoio ao Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo, à Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), aos jornalistas e à Rede Gazeta e a sua indignação com atos oficiais que se assemelham aos dos regimes de exceção, com seus métodos obscuros de restrição à liberdade de imprensa e de cerceamento do exercício profissional.

O caso será levado por esta comissão à Procuradoria-geral da República e solicitaremos a abertura imediata de inquérito para averiguar as responsabilidades e buscar a punição exemplar dos responsáveis por gestos de tamanho desrespeito aos direitos constitucionais em nosso país. Outra providência que adotaremos imediatamente é solicitar que este caso, que é uma repercussão da morte do juiz Alexandre Martins Filho, seja incluído no relatório a ser apresentado à ONU pela doutora Hina Jilani, que se encontra no Brasil e com quem estivemos na última semana.

Deputada Federal Iriny Lopes (PT-ES)
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e
Minorias da Câmara dos Deputados

DENÚNCIAS RECEBIDAS PELA CDHM
PERÍODO: 15 DE FEVEREIRO/2005 A 15 DE FEVEREIRO DE 2006

Um dos principais campos de atividades da Comissão de Direitos Humanos é o recebimento e processamento de denúncias que chegam por diferentes meios de todo o país e por vezes do exterior.

Usando das atribuições da CDH, as denúncias são checadas e são requeridas providências e soluções às instituições e autoridades responsáveis por cada caso. Para se ter uma idéia da natureza dos problemas denunciados, veja o quadro a seguir, como o registro das denúncias recebidas e encaminhadas pela CDH no período de 15/02/2005 a 15/02/2006.

Denúncias recebidas pela CDH

Registros entre: 15/02/2005 e 15/02/2006

Classificação

Total de Processos

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

100.04.01.0	Trabalho infantil	1
100.04.02.0	Exploração Sexual	2
100.04.04.0	Tortura	2
100.04.05.0	Assassinato	1
100.04.06.0	Infratores	2
100.04.07.0	Violência sexual	4
100.04.08.0	Desaparecimentos	3
100.04.11.0	Arbitrariedades policiais	1
100.04.12.0	Adoções	1
100.04.13.0	Constrangimento	2
100.04.14.0	Pendências judiciais	1
100.04.16.0	Agressões	3
100.04.17.0	Solicitação de intervenção	4
100.04.19.0	Arbitrariedades Judiciais	2
100.04.20.0	Negligência Médica	1

Total: 30

DIREITOS INDIVIDUAIS/COLETIVOS

100.05.01.0	Constrangimento	5
-------------	-----------------	---

100.05.02.0	Pendências judiciais	12
100.05.05.0	Manifestações de inconformismo	2
100.05.06.0	Solicitações de intervenção	10
100.05.07.0	Arbitrariedades judiciais	6
100.05.08.0	Arbitrariedades Administrativas	21
100.05.09.0	Brasileiros no exterior	4
100.05.10.0	Irregularidades Financeiras	1
100.05.11.0	Reivindicações diversas	41
100.05.12.0	Irregularidades trabalhistas	4
100.05.14.0	D. H. e Meios de Comunicação	1
100.05.15.0	D. H. e saúde pública	11
100.05.17.0	D.H e sindicatos	2

Total:
120

DISCRIMINAÇÃO, RACISMO E MINORIAS

100.03.01.0	Negros	5
100.03.02.3	Violência Sexual	2
100.03.04.0	Deficiente	5
100.03.05.0	Estrangeiro	4
100.03.02.0	Mulher	1
100.03.06.0	Índios	13
100.03.07.0	Transtorno emocional	3

Total: 33

VIOLÊNCIA NO CAMPO

100.02.01.0	Chacinas	1
100.02.03.0	Assassinatos	6
100.02.05.0	Atentados	1
100.02.06.0	Arbitrariedades policiais	2
100.02.07.0	Ameaças	1
100.02.07.1	Ameaças de morte	4
100.02.08.0	Trabalho escravo	2
100.02.10.0	Áreas em litígio	5
100.02.14.0	Conflitos Agrários	8

Total: 30

VIOLÊNCIA URBANA

100.01.01.0	Chacinas	1
100.01.02.0	Torturas	4
100.01.03.0	Assassinatos	11
100.01.04.0	Desaparecidos	2

100.01.06.0	Anistiados políticos	1
100.01.06.1	Anistiados políticos civis	1
100.01.07.0	Presos e prisões	66
100.01.09.0	Arbitrariedades policiais	28
100.01.10.0	Crime organizado	1
100.01.11.0	Presos políticos	2
100.01.14.0	Ameaças	4
100.01.14.1	Ameaças de morte	4
100.01.15.0	Negligência médica	1
100.01.16.0	Demissões	2
100.01.17.0	Narcotráfico	3
100.01.19.0	Trânsito	1
100.01.20.0	Agressões	9
100.01.21.0	Violência em manifestações	3
100.01.22.0	Arbitrariedades militares	6
100.01.23.0	Maus tratos	2
100.01.24.0	Sequestros	1
100.01.25.0	Proteção à testemunha	1
100.01.26.0	Ocupações	3

Total: **157**

Total de Processos **370**

A CDHM E O ORÇAMENTO DA UNIÃO

A CDHM manteve a cultura de ouvir entidades civis e organizações governamentais e não-governamentais para colher propostas de emendas ao Orçamento da União. Cada comissão permanente tem direito a apresentar cinco emendas. Após os debates em plenário, a Comissão aprovou emendas destinando recursos para programas do setor. Veja o quadro com as emendas aprovadas pela Comissão.

EMENDAS DA CDHM AO ORÇAMENTO DA UNIÃO/2006

PROGRAMAS/AÇÕES	VALOR CONSTANTE NO ORÇAMENTO 2006	VALOR PROPOSTO PELA CDH
Programa: Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas (MJ/FUNAI) 1. AÇÃO: Promoção das atividades tradicionais das mulheres indígenas (seq. 002060)	250.000,00	3.000.000,00
Programa: Cultura Afro-Brasileiro (Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares) 2. AÇÃO: Etnodesenvolvimento das Comunidades Remanescentes de Quilombo. (seq. 003862)	693.428,00	15.000.000,00
Programa: Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência (SEDH) 3. AÇÃO: Capacitação de recurso humanos para defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência (seq. 001128)	400.000,00	10.000.000,00
Programa: Direitos Humanos, Direitos de Todos (SEDH) 4. AÇÃO: Publicidade de utilidade pública (Campanha contra a baixaria na TV)	0,00	3.000.000,00
Programa: Promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente (SEDH) 5. AÇÃO: apoio a serviços de atendimento a crianças e adolescentes sob medidas de proteção	0,00	15.000.000,00

REQUERIMENTOS APROVADOS EM 2005

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
001/2005	IVO JOSÉ E IRINY LOPES	Requerimento nº 001/2005 – do Sr. Ivo José e da Sra. Iriny Lopes – que requerem, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir as denúncias contidas em reportagem da Revista ISTOÉ, edição de 02 de março de 2005, sob o título “Travessia Mortal”, que relata a descoberta de cemitério clandestino na região do Deserto de Yama, na Califórnia, onde supostamente estão enterrados 180 brasileiros, vítimas da Polícia de Fronteira Americana, mortos ao tentarem entrar ilegalmente nos Estados Unidos da América, através da fronteira mexicana.
002/2005	IVO JOSÉ E IRINY LOPES	Requerimento nº 002/2005 – do Sr. Ivo José e da Sra. Iriny Lopes – que requerem, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para apresentação dos resultados do método APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, do Estado de Minas Gerais, como experiência exitosa e alternativa ao atual sistema prisional”. Aprovado
003/2005	IRINY LOPES	Requerimento nº 003/2005 – da Sra. Iriny Lopes e outros – que requerem, nos termos regimentais, a criação de Subcomissão Permanente para tratar sobre o tema Violação de Direitos Humanos no Sistema Prisional, com a finalidade de verificar as graves denúncias de torturas e outras violações que estejam ocorrendo nas unidades de atendimento ao preso em todo o País. RETIRADO DE PAUTA
004/2005	LUIZ COUTO	Requerimento nº 004/2005 – do Sr. Luiz Couto e outros – que requerem, nos termos regimentais, a criação da Subcomissão Permanente do Sistema Prisional, de Proteção às Vítimas de Violência, Combate à Tortura, Execuções Sumária, Grupos

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
		de Extermínio e Trabalho Escravo. Não deliberado RETIRADO DE PAUTA
005/2005	IRINY LOPES	Requerimento nº 005/2005 – da Sra. Iriny Lopes – que requer, nos termos regimentais, a realização pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Caravana Nacional de Direitos Humanos pelo sistema público de saúde. O objetivo da caravana é o de verificar o cumprimento dos preceitos constitucionais que definem o acesso aos serviços de saúde como um direito humano, bem como formular propostas para o seu aperfeiçoamento. Aprovado
006/2005	LUIZ ALBERTO E ORLANDO FANTAZZINI	Requerimento, nº 06/2005 – dos Srs. Luiz Alberto e Orlando Fantazzini – que requerem, nos termos regimentais, a realização da " Caravana Nacional de Direitos Humanos ", sobre os remanescentes de quilombos, com a finalidade de estabelecer um diagnóstico das políticas públicas e recomendações sobre esta temática. Aprovado
007/2005	LUIZ ALBERTO E ORLANDO FANTAZZINI	Requerimento nº 07/2005 – dos Srs. Orlando Fantazzini e Luiz Alberto – que requerem, nos termos regimentais, a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Conferência Nacional dos Povos Indígenas. Aprovado
008/2005	IRINY LOPES	Requerimento nº 08/2005 – da Sra. Iriny Lopes – que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Sr. Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, para audiência pública nesta Comissão, no dia 30 de março de 2005, com os objetivos de prestar esclarecimentos sobre os planos e diretrizes de sua pasta, receber dos Deputados sugestões de ações no âmbito do Poder Executivo e definir eventuais espaços de cooperação. Aprovado.
009/2005	GERALDO THADEU E ROBERTO FREIRE	Requerimento nº 09/2005 – dos Srs. Geraldo Thadeu e Roberto Freire – que requerem, nos termos regimentais, seja convidado o Jornalista Walter Alvarenga, para participar da audiência pública que tratará sobre o tema:

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
		Travessia Mortal". Aprovado
10/2005	IRINY LOPES	Requerimento nº 10/2005 – da Sra. Iriny Lopes – que requer, nos termos regimentais, a designação de representantes da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para verificar e acompanhar “in loco” procedimentos adotados em função das rebeliões ocorridas em unidades de atendimento a adolescentes infratores, no Estado de São Paulo. Aprovado
11/2005	IRINY LOPES	Requerimento nº 11/2005 - da Sra. Iriny Lopes – que requer, nos termos regimentais, a designação de representantes da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para verificar e acompanhar “in loco” denúncias encaminhadas pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos, sobre graves violações ocorridas no âmbito do sistema prisional do Estado do Espírito Santo. Aprovado
01/12/05	GERALDO THADEU	Requerimento nº 12/2005 – do Sr. Geraldo Thadeu – que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública , pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família, com a finalidade de discutir a mortalidade infantil na população indígena do estado de Mato Grosso do Sul.
13/2005	LEONARDO MATTOS	Requerimento, nº 13/2005 – do Sr. Leonardo Mattos – que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública , pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, com a finalidade de apurar e debater problemas de mortalidade, desnutrição, falta de atendimento médico e alcoolismo de índios das tribos Maxacali de Santa Helena de Minas e Bertópolis, em Minas Gerais.
14/2005	POMPEO DE MATTOS	Requerimento nº 14/2005 – do Sr. Pompeo de Mattos – que requer, nos termos regimentais, o comparecimento da Comissão de Direitos Humanos e Minorias “in loco” no Estado do Mato Grosso do Sul para averiguar a situação de degradação dos direitos humanos da população

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
		indígena daquele estado.
15/2005	ADÃO PRETTO	Requerimento nº 15/2005 – do Sr. Adão Pretto – que requer, nos termos regimentais, a constituição de Subcomissão Especial para acompanhamento dos conflitos pela posse da terra urbana e rural.
16/2005	POMPEO DE MATTOS	Requerimento nº 16/2005 – do Sr. Pompeo de Mattos – que requer, nos termos regimentais, a designação de membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para averiguar as causas da detenção do brasileiro Luiz Jorge Aguiar dos Santos, na Argentina, pelo Poder Judiciário Local.
17/2005	ORLANDO FANTAZZINI	Requerimento nº 17/2005 – do Sr. Orlando Fantazzini – que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública , para tratar sobre a “cidadania política dos migrantes”.
18/2005	ORLANDO FANTAZZINI	Requerimento nº 18/2005 – do Sr. Orlando Fantazzini – que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública , para tratar sobre as recentes alterações na gestão do “Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI” do Governo Federal.
19/2005	MÁRIO HERINGER	Requerimento nº 19/2005 – do Sr. Mário Heringer – que requer o encaminhamento, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de representação ao Procurador-Geral da República, solicitando deslocamento de competência, para a Justiça Federal, do inquérito e do processo referentes ao assassinato de Antônio da Costa Santos, ex-prefeito de Campinas/SP.
20/2005	LUIZ COUTO	Requerimento nº 20/2005 – do Sr. Luiz Couto – que requer a realização de audiência pública , pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para debater o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil – IPEC, da Organização Internacional do Trabalho-OIT, com as presenças do Coordenador Nacional do IPEC/OIT, do Secretário Especial dos Direitos Humanos, do Ministro do Trabalho, da Coordenadora de Projetos de Combate ao

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
		Trabalho Forçado no Brasil da OIT, da Oficial de Projetos da OIT, da Coordenadora e Procuradora Regional do Trabalho e da Coordenadora do Projeto Catavento do Estado da Paraíba.
21/2005	LUIZ ALBERTO	Requerimento nº 21/2005 – do Sr. Luiz Alberto – que requer a realização de audiência pública , pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, com o objetivo de promover debate sobre manifestações de cunho racistas no ambiente esportivo.
22/2005	MARIA DO ROSÁRIO E FÁTIMA BEZERRA	Requerimento nº 22/2005 – das Sras. Maria do Rosário e Fátima Bezerra – que requer a realização do II Seminário Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros – “Compromisso com o respeito e com a igualdade” em parceria com a Comissão de Legislação Participativa.
23/2005	GERALDO THADEU	Requerimento nº 23/2005 – do Sr. Geraldo Thadeu – que requer, nos termos regimentais, a designação de membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para participarem da Reunião da Assembléia Geral da Confederação Parlamentar das Américas – COPA, que ocorrerá em Foz do Iguaçu/PR, no período de 09 a 11 de maio de 2005, e tratará, dentre vários assuntos, sobre migração.
24/2005	IRINY LOPES	Requerimento nº 24/2005 – da Sra. Iriny Lopes – que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública , pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para tratar sobre o tema: Trabalho escravo no Brasil.
25/2005	ORLANDO FANTAZZINI, GERALDO THADEU E OUTROS	Requerimento nº 25/2005 – dos Srs. Orlando Fantazzini, Geraldo Thadeu e outros – que requerem, nos termos regimentais, a constituição de Subcomissão Permanente sobre o tema: Questões internacionais.
26/2005	ORLANDO FANTAZZINI E DA SRA. IRINY LOPES	Requerimento nº 26/2005 – do Sr. Orlando Fantazzini e da Sra. Iriny Lopes – que requerem, nos termos regimentais, a realização de Seminário sobre o tema: Controle da qualidade da

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
		programação televisiva, nos dias 26 e 27 de abril de 2005, em parceria com a Procuradoria-Geral dos Direitos do Cidadão.
27/2005	LUIZ COUTO, DA SRA. IRINY LOPES E OUTROS	Requerimento nº 27/2005 – do Sr. Luiz Couto, da Sra. Iriny Lopes e outros – que requerem, nos termos regimentais, a criação de Subcomissão Permanente sobre o tema: Violência institucional.
28/2005	MÁRIO HERINGER	Requerimento nº 28/2005 – do Sr. Mário Heringer – que requer, nos termos regimentais, a criação de Subcomissão Especial da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, com a finalidade de acompanhar as investigações relativas à chacina ocorrida na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro.
29/2005	IRINY LOPES E DO SR. ORLANDO FANTAZZINI	Requerimento nº 29/2005 – da Sra. Iriny Lopes e do Sr. Orlando Fantazzini – que requerem, nos termos regimentais, a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), do Encontro Parlamentar Nacional de Direitos Humanos , nos dias 28 e 29 de abril de 2005, com a participação de vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores de todo o país, com o objetivo de constituir uma agenda comum e uma rede de ação conjunta.
30/2005	IRINY LOPES	Requerimento nº 30/2005 – da Sra. Iriny Lopes – que requer, nos termos regimentais, o encaminhamento, por intermédio da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, de requerimento de informação , ao Poder Executivo, solicitando informações sobre o emprego das Forças Armadas no combate à criminalidade e na contenção de distúrbios civis.
31/2005	IRINY LOPES	Requerimento nº 31/2005 – da Sra. Iriny Lopes – que requer, nos termos regimentais a designação de membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para, “in loco”, acompanharem as investigações referentes a atuação de um grupo de extermínio que executou a tiros, 30 pessoas em dois municípios vizinhos da Baixada Fluminense

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
		Nova Iguaçu e Queimados, no Rio de Janeiro.
32/2005	MARIA DO ROSÁRIO, DO SR. CHICO ALENCAR E OUTROS	Requerimento nº 32/2005 – da Sra. Maria do Rosário, do Sr. Chico Alencar e outros - que requerem, nos termos regimentais, a criação da Subcomissão Permanente para a Infância e Juventude, com a finalidade de acompanhar, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, os assuntos relacionados à criança e ao adolescente.
33/2005	LUIZ ALBERTO	Requerimento nº 33/2005 – do Sr. Luiz Alberto – que requer, nos termos regimentais, a criação da Subcomissão Especial para tratar sobre o tema Afrodescendentes e Povos Indígenas, com a finalidade de acompanhar, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, os assuntos relacionados à comunidade afrodescendente e os diferentes povos indígenas.
34/2005	LUCI CHOINACKI E DO SR. LUIZ ALBERTO	Requerimento nº 34/2005 – da Sra. Luci Choinacki e do Sr. Luiz Alberto – que requerem a realização de audiência pública , no próximo dia 27 de abril , Dia Nacional da Empregada Doméstica, com as presenças da Presidente da Federação das Trabalhadoras Domésticas; da Procuradora-Geral do Trabalho e do Pesquisador da Organização Internacional do Trabalho, para tratar sobre a precariedade do trabalho doméstico no Brasil.
35/2005	JAMIL MURAD E LUIZ COUTO	Requerimento nº 35/2005 – dos Srs. Jamil Murad e Luiz Couto – que requerem a realização de audiência pública , com a presença do Sr. Augustino Pedro Veit – Presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, para que o mesmo possa esclarecer os fatos veiculados pelo jornal O Estado de São Paulo, cujo teor é a suspeita de que as ossadas que se encontram sob a proteção da referida comissão pertençam a um guerrilheiro morto pelos militares que atuavam no Sul do Pará, na década de 70.
36/2005	IRINY LOPES E IARA BERNARDI E DO SR. LUCIANO ZICA	Requerimento nº 36/2005 - das Sras. Iriny Lopes e Iara Bernardi e do Sr. Luciano Zica – que requerem, nos termos regimentais, a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
		audiência pública com o objetivo de avaliar a implementação do Programa de Combate à Violência e à Discriminação Contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual (Brasil Sem Homofobia) e as proposições referentes à promoção dos direitos e da cidadania de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais.
37/2005	LUIZ ALBERTO	Requerimento nº 37/2005 – do Sr. Luiz Alberto – que requer o encaminhamento, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de Projeto de Resolução propondo mudança no Regimento Interno da Câmara, ampliando a competência da referida Comissão, passando a se instituir Comissão de Direitos Humanos, Relações Étnicas e Raciais, Gênero e de Orientação Sexual.
38/2005	IRINY LOPES	Requerimento nº 38/2005 – da Sra. Iriny Lopes – que requer a constituição de Grupos de Trabalho (GTs) no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para discutir e propor ações sobre os seguintes temas: Desarmamento, homofobia, gênero e atingidos por barragens.
39/2005	LUCI CHOINACKI	Requerimento nº 39/2005 – da Sra. Luci Choinacki – que requer a realização de audiência pública , conjunta com a Comissão de Seguridade Social e Família, para debater a situação das parceiras tradicionais no Brasil.
40/2005	IRINY LOPES E OUTROS	Requerimento nº 40/2005 – da Sra. Iriny Lopes e outros – que “requer a realização pela CDHM, em parceria com a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, de Seminário para debater o Projeto de Lei nº 4559/2004 – que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher”.
41/2005	MARIA DO ROSÁRIO	Requerimento nº 41/2005 – da Sra. Maria do Rosário – que solicita que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias requeira apreciar e emitir parecer sobre o PL nº 4559/2004.
42/2005	MARIA DO ROSÁRIO E VANESSA GRAZZIOTIN	Requerimento nº 42/2005 – das Sras. Maria do Rosário e Vanessa Grazziotin – que requerem que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias apure os fatos de violências ocorridos no Município de Coari/AM.

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
43/2005	LUIZ ALBERTO E LUCIANO ZICA	Requerimento nº 43/2005 – dos Srs. Luiz Alberto e Luciano Zica – que requerem a realização de audiência pública , em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para discutir a situação das vítimas do acidente radiológico com o céσιο 137, ocorrido em Goiânia em 1987, com as presenças dos representantes da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; do Ministério da Saúde; do Ministério do Meio Ambiente; do Ministério Público Federal; da Comissão de Direitos Humanos da OAB de Goiás; do Conselho Regional de Psicologia de Goiás e de Tocantins; da Associação das Vítimas do Césio 137; e da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN.
44/2005	LUIZ COUTO	Requerimento nº 44/2005 - do Sr. Luiz Couto – que requer, nos termos regimentais, a designação de um grupo de deputados para visitar o município de Breves, com o objetivo de averiguar “in loco” denúncias de que meninos e meninas estão sendo explorados sexualmente, em portos e percursos fluviais Belém-Macapá-Manaus e rios do interior, a exemplo do rio Tajapurá, naquele município.
45/2005	MÁRIO HERINGER	Requerimento nº 45/2005 – do Sr. Mário Heringer – que requer, nos termos regimentais, a designação de Grupo de Trabalho com a finalidade de visitar o município de Ouro Preto/MG, para acompanhar as investigações sobre a morte da estudante Aline Silveira Soares durante uma sessão de RPG.
46/2005	ANA GUERRA	Requerimento nº 46/2005 – da Sra. Ana Guerra – que requer, nos termos regimentais, informações do Governo do Estado de Minas Gerais sobre a ocupação pelo MST, em Felisburgo/MG, e acompanhamento desta Comissão com relação à situação de tensão instalada naquele local.
47/2005	LUIZ ALBERTO	Requerimento nº 47/2005 – do Sr. Luiz Alberto – que requer a realização de audiência pública , sob a organização da Subcomissão Especial para Afrodescendentes e Povos Indígenas, para o

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
		lançamento do livro “Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana”, de autoria do Sr. Nei Lopes.
48/2005	LUIZ EDUARDO GREENHALGH	Requerimento nº 48/2005 – do Sr. Luiz Eduardo Greenhalgh – que requer, nos termos regimentais, a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de audiência pública para tratar sobre o Decreto nº 4.887 de 20/11/2003 que regulamenta a questão quilombola no Brasil.
49/2005	LUIZ EDUARDO GREENHALGH	Requerimento nº 49/2005 – do Sr. Luiz Eduardo Greenhalgh – que requer, nos termos regimentais, a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de audiência pública para tratar da questão de mulheres presas no Estado de São Paulo.
50/2005	IRINY LOPES E DO SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH	Requerimento nº 50/2005 – da Sra. Iriny Lopes e do Sr. Luiz Eduardo Greenhalgh – que requerem o deslocamento de representantes desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias até a região do Rio Araguaia, para tomar depoimento de parte dos 36 ex-militares do Exército nativos da região que atuaram, entre 1966 e 1974, na Guerrilha do Araguaia, e que relataram em série de reportagem da Folha de S. Paulo, tortura e outros fatos de grande interesse histórico e ainda não esclarecidos.
51/2005	IRINY LOPES	Requerimento nº 51/2005 – da Sra. Iriny Lopes – que requer a realização do Seminário Nacional : “Banalização da Interdição Judicial no Brasil: uma violência contra a democracia e os direitos humanos – Usos e abusos da psiquiatria”.
52/2005	MARIA DO ROSÁRIO	Requerimento nº 52/2005 – da Sra. Maria do Rosário – que requer a realização de audiência pública sobre tema “Direitos sexuais são direitos humanos: pelo direito de crianças e adolescentes a uma sexualidade protegida e saudável”.
53/2005	SR. ORLANDO FANTAZZINI	Requerimento nº 53/2005 – do Sr. Orlando Fantazzini – que requer a realização de audiência pública , pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, sobre a Política brasileira nas instâncias internacionais de proteção aos direitos humanos.

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
54/2005	SR. ORLANDO FANTAZZINI	Requerimento nº 54/2005 – do Sr. Orlando Fantazzini – que requer a realização de audiência pública , pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, sobre o Sistema Penitenciário no Brasil.
55/2005	MARIA DO ROSÁRIO E DO SR. FERNANDO FERRO	Requerimento nº 55/2005 – da Sra. Maria do Rosário e do Sr. Fernando Ferro – que requerem a realização, pela Comissão de Direitos Humanos de audiência pública sobre o tema “Radiofusão Comunitária”.
56/2005	LUIZ EDUARDO GREENHALGH	Requerimento nº 56/2005 – do Sr. Luiz Eduardo Greenhalgh – que requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de audiência pública para tratar da situação carcerária a que estão submetidos os jovens em cumprimento de medidas sócio-educativas na FEBEM de São Paulo e mesmo os que foram transferidos para o Presídio de Tupi Paulista/SP.
57/2005	LUIZ COUTO	Requerimento nº 57/2005 – do Sr. Luiz Couto – que requer a realização de audiência pública , em parceria com a Comissão de Defesa da Cidadania da Assembléia Legislativa de Pernambuco, no próximo dia 30 de maio, com a finalidade de tratar dos assassinatos das jovens Tarsila Gusmão e Maria Eduarda Dourado , sendo também incluída na pauta da discussão os assassinatos do Promotor de Justiça Dr. Rossini Alves Couto e da Jovem Cristiane de Lima Santos .
58/2005	LUIZ COUTO	Requerimento nº 58/2005 – do Sr. Luiz Couto – que requer a oitiva dos familiares dos adolescentes Murilo Soares Rodrigues e Paulo Sérgio Rodrigues, desaparecidos desde o dia 22 de abril de 2005, na cidade de Aparecida de Goiânia/GO.
59/2005	LUIZ COUTO	Requerimento nº 59/2005 – do Sr. Luiz Couto – que requer que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias solicite à Juíza Dra. Maria de Fátima de Paula Pessoa, da 10ª Vara Federal, cópia do Processo nº 2004.34.00.042867-7 em que figuram como partes os Senhores Leonardo Lira de Almeida e Ricardo Augusto Comelli Antunes e

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
		outros.
60/2005	IRINY LOPES	Requerimento nº 60/2005 – da Sra. Iriny Lopes – que requer o encaminhamento de requerimento de informação ao Ministério da Defesa sobre as condições das tropas brasileiras no Haiti, as condições dos direitos humanos do povo haitiano e a condução da missão pela ONU.
61/2005	IRINY LOPES E EDUARDO VALVERDE	Requerimento nº 61/2005 – da Sra. Iriny Lopes e Eduardo Valverde – que requerem a realização de audiência pública , pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, com o objetivo de tratar dos problemas referentes à demarcação das terras indígenas das Nações Enawuenê-Nawê, Irantxe e Kayabi, no Estado do Mato Grosso.
62/2005	LUIZ ALBERTO	Requerimento nº 62/2005 – do Sr. Luiz Alberto – que requer o deslocamento de um grupo de parlamentares da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para, “in loco”, verificar a atuação de grupos de extermínio na região metropolitana de Salvador/BA e seus efeitos, em especial, entre a população jovem, e reunir-se com os titulares da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos; da Secretaria de Segurança Pública, e com membros da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa daquele Estado.
63/2005	IVAN VALENTE E CHICO ALENCAR	Requerimento nº 63/2005 – dos Srs. Ivan Valente e Chico Alencar – que requerem a realização de audiência pública , conjunta com a Comissão de Educação e Cultura, para tratar sobre a situação da FEBEM no Estado de São Paulo.
64/2005	IRINY LOPES E DO SR. LUIZ COUTO	Requerimento nº 64/2005 – da Sra. Iriny Lopes e do Sr. Luiz Couto – que requerem o deslocamento de representantes da Comissão de Direitos Humanos a Governador Valadares/MG, para apurar denúncias de torturas e morte de Fabrício Martins Rodrigues, quando este se encontrava sob guarda de agentes do Estado, além de verificar a existência de testemunhas do crime ameaçadas de morte.

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
65/2005	LUCI CHOINACK	Requerimento nº 65/2005 – da Sra. Luci Choinack – que requer o deslocamento de um grupo de parlamentares da CDHM para, “in loco”, verificar a atuação da Polícia Militar no Estado de Santa Catarina e seus efeitos.
66/2005	IRINY LOPES E DO SR. TARCÍSIO ZIMMERMANN	Requerimento nº 66/2005 – da Sra. Iriny Lopes e do Sr. Tarcísio Zimmermann - que requerem realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para debater a “Situação dos Direitos Humanos e do Direito Humanitário Internacional na Colômbia e a Questão dos Refugiados”.
67/2005	IRINY LOPES	Requerimento nº 67/2005 – da Sra. Iriny Lopes – que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater a situação do processo de demarcação das terras dos povos tupiniquim guarani no Estado do Espírito Santo.
68/2005	IRINY LOPES	Requerimento nº 68/2005 – da Sra. Iriny Lopes – que requer, nos termos regimentais, a realização pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em parceria com organizações públicas e não-governamentais, do Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005 , em 17 e 18 de agosto do corrente ano, no auditório Nereu Ramos.
69/2005	IRINY LOPES	Requerimento nº 69/2005 – da Sra. Iriny Lopes – que requer, nos termos regimentais, o acompanhamento das apurações relativas ao assassinato do Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais de Vitória-ES, ocorrida em 25 de março de 2003.
70/2005	MARIA DO ROSÁRIO	Requerimento nº 70/2005 – da Sra. Maria do Rosário – que requer a realização, no âmbito da Subcomissão de Infância e Juventude, do Encontro Nacional de Parlamentares em Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes .
71/2005	IRINY LOPES	Requerimento nº 71/2005 – da Sra. Iriny Lopes – que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater acerca dos problemas de saúde causados aos trabalhadores pelo uso de substâncias tóxicas como amianto

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
		benzeno, cério e inseticidas organofosforados, nas suas respectivas aplicações.
72/2005	ORLANDO FANTAZZINI E DA SRA. IRINY LOPES	Requerimento nº 72/2005 – do Sr. Orlando Fantazzini e da Sra. Iriny Lopes – que requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública , pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para se discutir o direito de voto do preso e o descumprimento da Constituição Federal em relação ao direito de voto do preso provisório.
73/2005	LUIZ COUTO	Requerimento nº 73/2005 – do Sr. Luiz Couto – que requer, nos termos regimentais, deslocamento de membros da Subcomissão de Violência Institucional para, <i>in loco</i> , verificar denúncias acerca da existência de uma lista de pessoas “marcadas para morrer”, na cidade de São Luís/MA.
74/2005	TEREZINHA FERNANDES E IRINY LOPES	Requerimento nº 74/2005 – das Sras. Terezinha Fernandes e Iriny Lopes – que requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para discutir o assassinato do prefeito João Leocádio, no município de Buriti Bravo/MA.
75/2005	IRINY LOPES E DOS SRS. LUIZ COUTO E GERALDO THADEU	Requerimento nº 75/2005 – Da Sra. Iriny Lopes e dos Srs. Luiz Couto e Geraldo Thadeu – que requerem, no termos regimentais, a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, do Seminário Internacional sobre o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes. O evento deverá ocorrer em 22 de setembro de 2005, na Câmara dos Deputados, com a participação de membros de organismos internacionais ligados ao assunto.
75/2005	IRINY LOPES E DOS SRS. LUIZ COUTO E GERALDO THADEU	Requerimento nº 75/2005 – Da Sra. Iriny Lopes e dos Srs. Luiz Couto e Geraldo Thadeu – que requerem, no termos regimentais, a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, do Seminário Internacional sobre o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes. O evento deverá ocorrer em 22 de setembro de 2005, na Câmara dos Deputados,

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
		com a participação de membros de organismos internacionais ligados ao assunto.
76/2005	LUCI CHOINACKI	Requerimento nº 76/2005 – da Sra. Luci Choinacki – que requer a realização de Seminário para refletir sobre os Direitos Humanos, Sociais e Culturais no Brasil, sob a perspectiva das mulheres e da população negra, em decorrência do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza.
77/2005	LUIZ EDUARDO GREENHALGH	Requerimento nº 77/2005 – do Sr. Luiz Eduardo Greenhalgh – que requer, nos termos regimentais, a realização do Seminário Internacional sobre o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes, em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.
78/2005	LUIZ ALBERTO	Requerimento nº 78/2005 – do Sr. Luiz Alberto – que requer, nos termos regimentais, a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Audiência Pública para dirimir as dúvidas concernentes à atuação das empresas Veracel Celulose S.A. (empresa controlada pela Aracruz Celulose e a sueco-finlandesa Stora Enso), e a Suzano Papel e Celulose.
79/2005	ADÃO PRETTO	Requerimento nº 79/2005 – do Sr. Adão Pretto – que requer, nos termos regimentais, a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de Audiência Pública sobre a situação da segurança pública no Estado do Rio Grande do Sul.
80/2005	CARLOS ABICALIL E DA SRA. IRINY LOPES	Requerimento nº 80/2005 – do Sr. Carlos Abicalil e da Sra. Iriny Lopes – que requerem, nos termos regimentais, a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, de Seminário Nacional para discutir os resultados da pesquisa sobre a educação na imprensa brasileira executada pelo Ministério da Educação, UNESCO e Associação Nacional de Imprensa.

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
81/2005	NELSON PELLEGRINO E DA SRA. IRINY LOPES	Requerimento nº 81/2005 – do Sr. Nelson Pellegrino e da Sra. Iriny Lopes – que requerem a realização de audiência pública , conjunta com a Comissão de Segurança Pública e de Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico, para debater o método utilizado pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC.
82/2005	IRINY LOPES E DO SR. GERALDO THADEU	Requerimento nº 82/2005 – da Sra. Iriny Lopes e do Sr. Geraldo Thadeu – que requerem a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em parceria com o Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília e a Escola Superior do Ministério Público da União, do SEMINÁRIO INTERAMERICANO SOBRE PLURALISMO JURÍDICO E POVOS INDÍGENAS .
83/2005	IRINY LOPES	Requerimento nº 83/2005 – da Sra. Iriny Lopes – que requer a realização de Seminário para tratar sobre o financiamento do sistema prisional e a PEC 263/2004.
84/2005	LUIZ ALBERTO	Requerimento nº 84/2005 – do Sr. Luiz Alberto – que requer o deslocamento de um grupo de parlamentares membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para verificar “in loco” a situação de pescadores da Comunidade de Salinas das Margaridas no Estado da Bahia, frente as condições impostas pela Empresa Maricultura Valença que atua na localidade.
85/2005	EDUARDO VALVERDE E IRINY LOPES	Requerimento nº 85/2005 – do Sr. Eduardo Valverde e da Sra. Iriny Lopes – que requerem, nos termos regimentais, a realização de audiência pública , com as presenças de representantes do Povo Xavante da Terra Indígena Marãwatséde e do Poder Executivo, com a finalidade de discutir os problemas vividos na comunidade indígena, particularmente em relação à criação de escola e ainda, buscar soluções junto às autoridades responsáveis.
86/2005	EDUARDO BARBOSA E LEONARDO	Requerimento nº 86/2005 – dos Srs. Eduardo Barbosa e Leonardo Mattos - que requerem a realização do Seminário “Cidadania da pessoa

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
	MATTOS	com deficiência em comemoração ao Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência.
87/2005	IRINY LOPES, LEONARDO MATTOS, LEONARDO MONTEIRO	Requerimento nº 87/2005 – da Sra. Iriny Lopes e dos Srs. Leonardo Mattos e Leonardo Monteiro – que requerem a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de audiência pública no dia 20 de setembro de 2005, com representantes da FUNAI, FUNASA, INCRA, IBAMA, Polícia Federal, Subsecretaria de Direitos Humanos, Ministério Público Federal, Ouvidor Agrário Nacional e representante do Poder Judiciário com jurisdição em Minas Gerais, para ouvir relato da missão conjunta à região onde os povos indígenas maxacali encontram-se em conflito com agricultores, em Minas Gerais, e definir ação institucional integrada visando a busca de uma solução justa para essas comunidades.
88/2005	ORLANDO FANTAZZINI	Requerimento nº 88/2005 – do Sr. Orlando Fantazzini – que requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação; e com o Comitê Nacional de Educação para Cidadania, ligado à Secretaria Especial de Direitos Humanos, de Seminário sobre Direitos Humanos e Diversidade na Mídia, destinado a debater e propor conteúdos pedagógicos para alunos, professores e pais.
89/2005	ORLANDO FANTAZZINI	Requerimento nº 89/2005 – do Sr. Orlando Fantazzini – que requer, a realização de audiência pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, com a finalidade de discutir a programação televisiva no Brasil, com os especialistas LAURINDO LALO LEAL - Professor da Universidade de São Paulo; JORGE DA CUNHA LIMA - Presidente da ABEPEC; HERÓDOTO BARBEIRO da TV Cultura de São Paulo e CRISTINA CARVALHO PINTO - Publicitária.
90/2005	EDUARDO VALVERDE, IRINY LOPES	Requerimento nº 90/2005 – do Sr. Eduardo Valverde e Iriny Lopes – que requerem a realização de audiência pública , com as presenças de representantes do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas – FDDI, da Frente

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
		Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, do Ministério da Justiça, do Instituto Nacional da Reforma Agrária – INCRA, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA, do Ministério Público – 6ª Câmara e entidades indígenas e indigenistas, para encaminhamento da demanda por reconhecimento e regulamentação de Terras Indígenas, conforme levantamento realizado pelo FDDI.
91/2005	LEONARDO MATTOS	Requerimento nº 91/2005 – do Sr. Leonardo Mattos – que requer a realização de audiência pública afim de apurar e debater o assassinato do Sr. Adamos Guedes – Presidente do Grupo Amazonense de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros, no estado do Amazonas.
92/2005	IRINY LOPES E ORLANDO FANTAZZINI	Requerimento nº 92/2005 – da Sra. Iriny Lopes e do Sr. Orlando Fantazzini – que requerem, nos termos regimentais, a constituição de um grupo de parlamentares para verificar e acompanhar <i>in loco</i> a situação de superlotação e violações de direitos humanos a que estão submetidas as presas da Cadeia Pública de Arujá, na cidade de Arujá/SP.
93/2005	ORLANDO FANTAZZINI E IRINY LOPES	Requerimento nº 93/2005 – do Sr. Orlando Fantazzini e da Sra. Iriny Lopes – que requerem a instauração de processo interno na Câmara dos Deputados para a criação de um programa de televisão , numa parceria entre TV Câmara e Radiobrás, para debater a ética e o direito humano à comunicação na televisão brasileira. O programa deverá ser semanal, com 50 minutos líquidos de duração, destinado a analisar, inclusive com participação do público, a realização dos princípios éticos, a diversidade e os direitos humanos na TV. A parcela do investimento para a Câmara será da ordem de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).
94/2005	IRINY LOPES	Requerimento nº 94/2005 – da Sra. Iriny Lopes – que requer a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias em audiência pública a ser realizada no próximo dia 11 de outubro, em Belo Horizonte/MG, na sala de reuniões da Vara Agrária da Justiça Federal de 1º Grau, naquela cidade.

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
		com a finalidade de encontrar solução para o conflito que envolve o povo maxakali, fazendeiros e pequenos agricultores, nas regiões de Santa Helena de Minas e Bertópolis em MG.
95/2005	ORLANDO FANTAZZINI IRINY LOPES	Requerimento nº 95/2005 – do Sr. Orlando Fantazzini e da Sra. Iriny Lopes – que requerem a realização de audiência pública , com representantes do Governo Federal e entidades civis ligadas aos movimentos de direitos humanos e de migrantes, para debater o anteprojeto da nova lei de estrangeiros que “dispõe sobre o ingresso, permanência e saída dos estrangeiros do território nacional, além da concessão da naturalização”.
96/2005	MÁRIO HERINGER	Requerimento nº 96/2005 – do Sr. Mário Heringer – que requer a retificação do título atribuído ao Seminário Nacional: “Banalização da Interdição Judicial no Brasil: uma violência contra a democracia e os direitos humanos – usos e abusos da psiquiatria”, para: Seminário Nacional: Há Banalização nos atos de interdição judicial no Brasil?
97/2005	IRINY LOPES	Requerimento nº 97/2005 – da Sra. Iriny Lopes – que requer a constituição de um grupo de parlamentares para verificar e acompanhar “in loco” denúncias sobre contaminação por benzeno, que vem provocando danos à saúde de trabalhadores do Espírito Santo, bem como ao meio ambiente.
98/2005	LUIZ EDUARDO GREENHALGH	Requerimento nº 98/2005 – do Sr. Luiz Eduardo Greenhalgh – que requer, nos termos regimentais, a realização de reunião com familiares de mortos e desaparecidos políticos Edla Pires, Elizabeth Silveira e Silva, Diva Soares Santana, Criméia Alice Schmidt, Vitória Lavinia Grabois Olímpio e Peritos do Instituto Médico Legal do Distrito Federal, com a finalidade de proceder a identificação de ossadas exumadas na região do Araguaia, estado do Pará.

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
99/2005		Requerimento nº 99/2005 – do Sr. Luiz Alberto – que requer a constituição de um grupo de trabalho sobre o tema: eucaliptocultura no extremo sul da Bahia com a finalidade de analisar e encaminhar sugestões no âmbito do legislativo, e outras instâncias cabíveis, com o objetivo de buscar soluções para os impactos sócio-ambientais em comunidades afetadas pela monocultura do eucalipto no extremo sul da Bahia.
100/2005	CHICO ALENCAR	Requerimento nº 100/2005 – do Sr. Chico Alencar – que requer a publicação , pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, do relatório Impunidade na Baixada Fluminense.
101/2005	PASTOR REINALDO	Requerimento nº 101/2005 – do Sr. Pastor Reinaldo – que requer a realização de audiência pública, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, com a finalidade de ouvir as autoridades policiais e judiciárias do Estado do Pará que estão presidindo e acompanhando a nova fase de investigação do caso das crianças de Altamira/PA.
102/2005	LUIZ ALBERTO	Requerimento nº 102/2005 – do Sr. Luiz Alberto – que requer a constituição de um grupo de trabalho sobre a eucaliptocultura no extremo sul da Bahia para analisar e encaminhar sugestões no âmbito do legislativo, e outras instâncias cabíveis, com o objetivo de buscar soluções sobre impactos sócio-ambientais em comunidades afetadas pela monocultura do eucalipto no extremo sul da Bahia.
103/2005	ADÃO PRETO	Requerimento nº 103/2005 – do Sr. Adão Preto – que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir e buscar alternativas para a situação em que ocorrem despejos e desocupações violentas em ocupações urbanas, violando assim um dos princípios básicos da Constituição Federal que é o direito à moradia.
104/2005	IRINY LOPES	Requerimento nº 104/2005 – da Sra. Iriny Lopes e do Sr. Orlando Fantazzini – que requerem a participação de membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias no V Fórum Social Mundial, entre os dias 24 e 29 de janeiro de 2006, em Caracas – Venezuela. Na ocasião será realizado

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
		seminário da campanha: “ <i>Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania</i> ”, coordenada por esta Comissão.
105/2005	DEP. LUIZ COUTO E DANIEL ALMEIDA	Requerimento nº 105/2005 – dos Srs. Luiz Couto e Daniel Almeida – que requerem a realização de audiência pública para discutir os novos fatos sobre a queima de documentos, como foi veiculado no programa Fantástico da Rede Globo de Televisão, no dia 06 de novembro de 2005, com as presenças dos Ministros da Justiça; da Defesa, da Casa Civil; do Diretor-Geral da Polícia Federal; do Presidente do Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia e do Presidente da OAB/BA.
106/2005	DEP. LUCI CHOINACKI	Requerimento nº 106/2005 – da Sra. Luci Choinacki – que requer a realização de audiência pública para tratar da situação de saúde e das condições de trabalhos nas indústrias de alimentação dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
107/2005	IRINY LOPES	Requerimento nº 107/2005 – da Sra. Iriny Lopes – que requer a realização do Seminário Direitos Humanos e a Polícia Federal, em 06/12/05, para debater o modelo da instituição e a relação entre a investigação e o inquérito policial.
108/2005	IRINY LOPES	Requerimento nº 108/2005 – da Sra. Iriny Lopes e do Sr. Orlando Fantazzini – que requerem a participação da Comissão de Direitos Humanos na constituição do Comitê de Direitos Humanos e Política Externa, a ser criado em dezembro de 2005, em conjunto com entidades não-governamentais e organismos internacionais multilaterais, com o objetivo de acompanhar as políticas públicas relacionadas aos direitos humanos com abrangência ou interfaces internacionais.
109/2005	IRINY LOPES	Requerimento nº 109/2005 – da Sra. Iriny Lopes – que requer, nos termos regimentais, a realização da X Conferência Nacional de Direitos Humanos em conjunto com entidades parceiras, em maio ou junho de 2006.

EVENTOS REALIZADOS

Audiência públicas

CDHM ouve propostas do governo para a área de direitos humanos

Com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre os planos e diretrizes dos direitos humanos no âmbito federal, o ministro Nilmário Miranda, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, participou de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, no dia 30 de maio.

A presidente da CDHM, deputada Iriny Lopes (PT/ES) justificou em requerimento que a vinda do ministro à Comissão significava o “estritamento entre o Executivo e Legislativo para que possamos juntos identificar espaços de cooperação” e mecanismos para erradicar a violação contra qualquer tipo tortura, execução arbitrária, crueldade nas prisões”, reiterou a deputada Iriny Lopes (PT/ES).

Travessia Mortal

Comissão de Direitos Humanos denuncia a “travessia mortal” de brasileiros em busca de terras americanas

Este foi o tema da audiência pública que a CDHM realizou no dia 31 de março, para analisar as denúncias levantadas pelo jornalista Alan Rodrigues, *Revista IstoÉ*, que relata a descoberta de um cemitério clandestino na região do deserto de Yuma, na Califórnia, onde estariam enterrados os corpos de 180 brasileiros, supostamente “vítimas da polícia americana, que matam os imigrantes que tentam entrar ilegalmente nos Estados Unidos, pela fronteira mexicana”.

A reportagem trata também da ação ilegal de agências de turismo de fachada, que iludem trabalhadores com falsas promessas de emprego e estabilidade financeira em terras americanas.

“Precisamos esclarecer estas denúncias para que possamos tomar providências enérgicas e com isso evitar novas mortes”, afirmaram a presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputada Iriny Lopes (PT/ES) e o deputado Ivo José (PT/MG), ambos requereram a realização deste debate.

A Comissão também ouviu o depoimento do jornalista Walter Alvarenga, responsável pelo Programa intitulado “Nova York, sonho de um brasileiro, exibido pela TV Poços, Rede Minas. “O depoimento de Alvarenga é super importante devido à pesquisa que ele possui sobre o desespero dos brasileiros em busca do

sonho chamado Estados Unidos”, conta o deputado Geraldo Thadeu (PPS/MG), requerente do depoimento.

No programa são denunciados os esquemas usados pelas quadrilhas especializadas em mandar brasileiros para os Estados Unidos. Poços de Caldas entrou para a rota clandestina como o segundo município mineiro que mais envia brasileiros para os Estados Unidos.

Participaram também do debate os representantes do Ministério das Relações Exteriores e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Participaram, como expositores, da referida audiência os convidados Mário Mamede – Ministro Adjunto da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Conselheiro Hélio Póvoas Júnior - Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores; Jornalista Alan Rodrigues Mello – revista ISTOÉ e Jornalista Walter Alvarenga – TV Poços/MG.

CDHM discute condições do trabalho doméstico no Brasil

O trabalho doméstico no Brasil foi tema de uma audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados realizou no dia 26 de abril. A iniciativa da discussão foi da deputada federal Luci Choinacki (PT-SC) e do deputado Luiz Alberto (PT-BA).

A audiência contou com a presença do ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Lélcio Bentes Corrêa, da presidente da Federação das Trabalhadoras Domésticas, Creuza Maria de Oliveira, da procuradora geral do Trabalho, Eliane Araque dos Santos, do pesquisador da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Renato Mendes e da Representante da Articulação Brasileira de Mulheres Negras, Cleusa Aparecida da Silva.

A discussão enfocou a precariedade do trabalho doméstico no Brasil, como fator de empobrecimento de parcela da população formada principalmente por mulheres negras. A audiência pretendeu ainda aprofundar o debate sobre a feminização da pobreza no Brasil, iniciado no ano passado nos círculos de direitos humanos, alimentados por dados do IBGE. Segundo eles, em 2001, 18% das pessoas que trabalham no País estavam no emprego doméstico. Desse número, mais de 90% são mulheres e somente 27% possuíam carteira assinada. O IBGE também constatou que meio milhão de crianças e adolescentes brasileiros também exercem o trabalho doméstico não remunerado.

CDHM discute situação das parteiras tradicionais

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados realizou no dia 19 de maio, audiência pública que discutiu a situação das parteiras tradicionais no Brasil. O evento foi solicitado pelas deputadas Luci Choinacki

(PT/SC), integrante da CDHM, e Janete Capiberibe (PSB/AP), que apresentaram um projeto de lei que regulamenta a profissão de parteira no Brasil.

Participaram, como expositores, da referida audiência as convidadas:

1. Sra. Núbia Maria de Melo e Silva – Coordenadora do Programa Parteias
2. Sra. Suely Carvalho – Coordenadora do Centro Ativo de Integração do Ser - CAIS e Presidente da Rede Nacional de Parteias Tradicionais - RNPT
3. Sra. Isa Paula Hamouche Abreu – Técnica da Área de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde
4. Sra. Natalia Mori – Assessora Parlamentar do Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA

Comissão avalia o primeiro ano do Programa Brasil sem Homofobia

No dia 25 de maio, o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual, “Brasil Sem Homofobia” completou um ano de lançamento. Para comemorar a data e fazer um balanço crítico do programa, Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) realizou audiência pública. Foi avaliada implementação do programa quanto às ações articuladas entre vários ministérios em defesa dos direitos dos homossexuais.

A audiência foi requerida pela presidente da CDHM, deputada Iriny Lopes (PT-ES), e pelos coordenadores da Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual (FPLES), deputada Iara Bernardi (PT-SP) e deputado Luciano Zica (PT-SP). Participaram, como expositores, da referida audiência os convidados

- Sr. Cláudio Nascimento Silva - Coordenador da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros;
- Sra. Luana Cotroffi – Representante da Associação Nacional de Transgêneros e da Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais;
- Sra. Marisa Fernandes – Coordenadora do Coletivo de Feministas Lésbicas e da Liga Brasileira de Lésbicas – LBL;
- Sr. Caio Fábio Varela – Representante do INESC – Instituto de Estudos Sócio-Econômicos;
- Sr. Ivair Augusto Alves dos Santos – Representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República;
- Sra. Maria Berenice Dias – Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Desaparecimento de crianças em Aparecida de Goiânia-Go

CDHM realizou audiência pública no dia 02 de junho com a finalidade de ouvir as autoridades competentes sobre as circunstâncias em que desapareceram os adolescentes Murilo Soares Rodrigues e Paulo Sérgio Rodrigues, no dia 22 de abril do corrente ano, na cidade de Aparecida de Goiânia-GO, depois de serem abordados por policiais militares.

Participaram, como expositores, da referida audiência os convidados:

- Ten. Cel. José da Rocha Coelho – Representante da Polícia Militar de Goiás;
- Ten. Cremildo da Silva Santos – Representante da Polícia Militar de Goiás;
- Sr. Oto Glória Filemon – Representante da Secretária de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás;
- Sr. Orthon Rodrigues – pai de criança desaparecida;
- Sr. Sebastião Rodrigues do Santos – pai de criança desaparecida;
- Sra. Valéria Getúlio – Representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Trabalho infantil é tema de debate na CDHM

O combate ao trabalho infantil foi tema de audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados, realizou no dia 15 de junho. Foram analisadas alterações na gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), realizadas pouco antes pelo Governo Federal. Também foi feito um balanço do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). A audiência foi proposta pelos deputados Luiz Couto (PT-PB) e Orlando Fantazzini (PT-SP).

Participaram, como expositores, o Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - Ministro Nilmário Miranda; o Sr. Leonardo Soares de Oliveira – Diretor do Departamento de Fiscalização do Trabalho e Coordenador da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil do Ministério do Trabalho e Emprego; o Sr. Osvaldo Russo de Azevedo – Secretário Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; a Sra. Eliane Araque dos Santos – Subprocuradora Geral do Trabalho e Coordenadora Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente; a Sra. Isa Maria de Oliveira – Coordenadora do Fórum Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil; a Sra. Alysson Sutton – Representante da UNICEF no Brasil; e a Sra. Laís Abramo – Coordenadora Nacional do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil – IPEC, da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

O vice-presidente da CDHM, deputado Luiz Couto, formalizou, na ocasião, denúncia de fatos recém-ocorridos na Paraíba. “Crianças e adolescentes com idades entre 10 e 18 anos, residentes na periferia de João Pessoa, estariam sendo agenciados por traficantes. “As meninas e meninos são levados para a Ilha de Imburanas, pertencente ao município de Macau, no Rio Grande do Norte, onde são vítimas de várias formas de violação de direitos, entre elas, o degradante trabalho escravo”, informou o deputado. As denúncias foram encaminhadas para esclarecimentos.

Já o deputado Orlando Fantazzini pediu esclarecimentos sobre as informações que estavam circulando de que as coordenações estaduais do PETI seriam extintas, o que poderia fragilizar o pleno desenvolvimento do programa. Outra razão de preocupação apontada pelo deputado foi a mudança na atribuição dos auditores fiscais do trabalho que, além das habituais, passariam a acompanhar a gestão do programa.

“Por ser um programa de muita importância no combate ao trabalho infantil, consideramos de maior relevância o debate sobre os novos rumos do PETI.” Vale ressaltar, segundo o deputado Fantazzini, o resultado positivo alcançado pelo programa nos últimos anos. Por meio do PETI foi possível reduzir em 40% os índices de trabalho infantil no país, enquanto, no resto do mundo, houve crescimento dessa prática ilegal.

Banalização da Interdição Judicial no Brasil foi tema de debate na CDHM

A Banalização da Interdição Judicial no Brasil foi tema de audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados, no dia 16 de junho, a requerimento da presidente da CDHM, deputada Iriny Lopes. A audiência discutiu a interdição judicial no país tendo como prisma a defesa dos direitos humanos e a garantia da cidadania dos brasileiros em situação de interdição, portadores de sofrimento mental.

Embora a discussão não tenha pretendido questionar a LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social, ela demonstrou que essa política pública que tem trazido benefícios à parcela excluída da população brasileira e garantido direitos sociais, também estava propiciando, pelo mau uso de alguns, que o Estado, contraditoriamente, se tornasse um violador da democracia.

Isso se dá pelo fato de que a partir de 1996, ano da instituição do Benefício de Prestação Continuada, cresceu vertiginosamente o número de interditados no Brasil. Além disso, houve uma mudança no perfil dos interditados, antes as interdições ocorriam prioritariamente nas classes de maior poder aquisitivo, associadas a defesa de patrimônio. Agora, houve uma expansão do número de beneficiários da política social, que prevê o pagamento de 1 (um) salário mínimo para a pessoa deficiente, definida como “aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho” (LOAS, art. 20 § 2º). Desta maneira, as interdições estão atualmente, em sua maioria, nas camadas mais pobres da população.

A Secretaria de Assistência Social indica que foram concedidos 1 milhão e 116 mil benefícios e aponta que, destes, 150 mil são de beneficiários curatelados. Existem hoje, no Brasil, aproximadamente, 30 mil brasileiros, portadores de sofrimento mental, que, para terem direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), abrem mão de sua cidadania.

Participaram, como expositores, da referida audiência os convidados:

- Sr. Alfredo Schechtman - Coordenador Substituto do Programa de Saúde Mental do Ministério da Saúde;
- Sra. Tânia Mariza Martins - Supervisora Médico-Pericial do INSS na Gerência Executiva do INSS em Salvador-BA ;
- Sra. Ana Lígia Gomes – Diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome;
- Sr. Talvane Marins de Moraes - Representante da Associação Brasileira de Psiquiatria;
- Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho – Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal;
- Sr. Joelson Dias – Representante da Comissão de Direitos Humanos/OAB;
- Sr. Marcus Vinícius de Oliveira - Representante do Conselho Federal de Psicologia;
- Sr. Mark Nápoli – Representante da Rede Internúcleos da Luta Antimanicomial.

CDHM realiza audiência sobre demarcação de terras indígenas no ES

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados, realizou no dia 10 de agosto, audiência pública sobre o processo de demarcação de terras dos povos tupiniquim e guarani no Espírito Santo.

A iniciativa foi da presidente da Comissão, deputada Iriny Lopes (PT-ES), que destacou a importância de se chegar à solução de uma antiga pendência existente no Espírito Santo. “Esse conflito de posse da terra vem produzindo sérios danos aos tupiniquins e guaranis. Essas comunidades lutam há anos para reaver as terras que, tradicionalmente, ocupavam e que lhe foram tomadas. Hoje, se ressentem da falta de espaço para produzir e sobreviver com dignidade”, ressalta Iriny Lopes.

A presidente da CDHM destacou que a intrusão nas terras indígenas e a morosidade da Justiça no processo de reassentamento dos tupiniquins e guaranis podem provocar conflitos de graves proporções. “É no sentido de evitar uma crise maior que estamos realizando a audiência. Queremos uma solução para esse impasse.”

Participaram, como expositores, da referida audiência os convidados:

Sr. Roberto Aurélio Lustosa – Representante do Ministério da Justiça e Vice-Presidente da FUNAI;
 Sr. Arthur Nobre – Diretor de Assuntos Fundiário da FUNAI;
 Sr. Vilson Oliveira - Representante da comunidade tupinikim
 Sr. Antonio Carvalho – Representante da comunidade Guarani
 Subprocuradora Déborah Macedo Duprat de Britto Pereira - Coordenadora da 6ª Câmara (Comunidades Indígenas e Minorias) Ministério Público Federal;
 Sr. Carlos Alberto de Oliveira Roxo – Diretor de Meio Ambiente e Relações Corporativas da Aracruz Celulose;

Sr. José Luiz Braga – Diretor Jurídico da Aracruz Celulose.

CDHM debate direito de voto para presos

“Todos são inocentes até que se prove o contrário”. O pensamento reflete o princípio constitucional da presunção da inocência, se popularizou, mas, infelizmente, no Brasil, não se pode dizer que se trata de uma realidade. Um exemplo de descumprimento desse princípio pode ser observado na cassação do direito de votar dos presos, sobretudo daqueles que ainda não foram condenados pela Justiça.

Sobre esse assunto, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados realizou, com a participação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, uma audiência pública no dia 31 de agosto de 2005. O tema foi proposto pelo deputado Orlando Fantazzini (PT-SP) e pela presidente da CDHM, deputada Iriny Lopes (PT-ES).

“O preso, hoje, no Brasil, não vota nem mesmo antes de sua sentença transitar em julgado, uma inobservância flagrante de diversos preceitos e fundamentos constitucionais, tais como: o direito à cidadania, fundamento do Estado Democrático e os princípios da soberania, da igualdade, da presunção de inocência e do sufrágio universal”, justificaram os deputados.

A audiência contou com a presença da advogada a Sra. Sônia Drigo, diretora do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), da Sra. Carmem Hein de Campos, Secretária Executiva da Associação pela Reforma Prisional (ARP), do Sr. Rodrigo Puggina, Coordenador do Projeto do Voto do Preso, além de representante do Ministério da Justiça – o Sr. Fábio Costa Sá e Silva – Coordenador-Geral de Ensino do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça.

CDHM discute contaminação por substâncias tóxicas

Os problemas de saúde decorrentes de contaminação por substâncias tóxicas foi tema de uma audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) realizou no dia 15 de setembro de 2005, na Câmara dos Deputados. A iniciativa de se realizar o debate sobre o assunto foi da presidente da CDHM, deputada Iriny Lopes (PT-ES) e decorre do grande número de denúncias recebidas pela Comissão de contaminação de trabalhadores com amianto, benzeno, césio e inseticidas organofosforados.

A audiência teve o objetivo de buscar uma regulamentação na utilização dessas substâncias e a adoção de medidas para proteger as pessoas que trabalham manipulando tais produtos.

Dentre os quatro produtos cuja utilização foi debatida na audiência pública, os efeitos do césio é o mais conhecido da população brasileira. Em 1987, um grave acidente com césio, em Goiânia, contaminou e levou a morte várias pessoas que tiveram contato com a substância, presente em um aparelho de raio X. Trata-se de uma substância radioativa, utilizada em aparelhos de radiologia e também na fabricação de baterias alcalinas.

O amianto é mais conhecido por sua utilização na construção civil, na fabricação de telhas e caixas d'água. Mas é também utilizado na fabricação de isolantes e na indústria automobilística é empregado na produção de pastilhas para freios. Desde os anos 80, sua aplicação e os efeitos na saúde das pessoas são discutidos. Cientistas apontam o perigo do contato, mesmo que por pouco tempo, com essa matéria-prima. O pó de amianto é conhecido como "fibra cancerígena", e acaba aspirado durante o manuseio. A fibra se acumula nos alvéolos e o pulmão inicia um processo de cicatrização permanente, tornando-se rígido com o passar do tempo. A discussão sobre o assunto não avança devido a questões econômicas. A indústria do amianto movimenta cerca de R\$ 1 bilhão ao ano em negócios no Brasil.

O benzeno é produzido por empresas petroquímicas e utilizado em empresas de siderurgia, indústrias químicas ou laboratórios. Ele está presente na cola utilizada na indústria de sapatos e artigos de couro, em tintas e vernizes. Sua manipulação acarreta uma doença chamada leucopenia, uma diminuição dos glóbulos brancos (leucócitos), responsável pela defesa do organismo.

A utilização de inseticidas organofosforados também merece uma discussão mais aprofundada. Existem vários tipos desses inseticidas utilizados em lavouras. Embora sejam consideradas substâncias atóxicas pelo Ministério da Saúde, que inclusive às utiliza no controle de endemias como dengue e malária, cientistas afirmam que a exposição prolongada a essas substâncias pode causar problemas respiratórios e no sistema nervoso central, além de uma série de sintomas de intoxicação.

Programação

MESA 01 – Amianto - Presidente: Dep. Iriny Lopes
Sr. Eliezer João de Souza - Presidente da Associação Brasileira das Vítimas do Amianto; Dr^a. Vanda D'Acri Soares – Doutora em Saúde Pública – Pesquisadora da FIOCRUZ; Dr. Milton do Nascimento – Médico Especialista em Medicina do Trabalho – Perito Judicial nas Ações Trabalhistas da Comarca de São Paulo; Sr. Aramis Cardoso Beltrami - Representante do Ministério da Saúde; Sra. Ella Triumpho Avellar – Consultora da Área Técnica da Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde; Sr. Domingos Lino - Representante do Ministério do Trabalho – Assessor da Secretaria Especial do Trabalho

MESA 02 – Organofosforados – Presidente: Dep. Iriny Lopes

Sr^a. Fátima Ferreira de Souza – Presidente da Comissão de Saúde do Trabalhador – Vítima de organofosforados; Sr^a. Heloiza Rey Farza -Representante da Anvisa; Dr. Eduardo Garcia Garcia – Pesquisador da Fundacentro – Dr. em Saúde Pública; Dr^a. Sônia Maria de Assunção Macieira – Procuradora Regional da República; Sr. Aramis Cardoso Beltrami - Representante do Ministério da Saúde; Sr. Júlio Sérgio de Brito – Coordenador Geral de Agrotóxicos – Ministério da Agricultura.

MESA 03 – Césio – Presidente: Dep. Luciano Zica
Odesson Alves Ferreira - Presidente da Associação das Vítimas do Césio 137; Dr. Nelson Valverde - Representante da CNEN – Médico Especialista em Saúde Ocupacional; Sr. Tarcísio Neves da Cunha - Representante do Ministério da Saúde; Dr. Goethe Odilon Freitas de Abreu – Procurador Regional dos Direitos do Cidadão do Estado de Goiás.

MESA 04 – Leucopenia, doença provocada pelo Benzeno – Presidente: Dep. Luiz Alberto
José de Arimatéia dos Santos – Secretário de Saúde Ocupacional e Previdência do SINDIMETAL - Sindicato dos Metalúrgicos do Estado do Espírito Santo; Dr^a. Luiza Maria Nunes Cardoso – Química Pesquisadora da Fundacentro; Dr. Danilo Fernandes Costa – Representante da FIOCRUZ - Auditor Fiscal da Delegacia Regional do Trabalho de SP; Sr. Aramis Cardoso Beltrami - Representante do Ministério da Saúde;

CDHM debate conflito entre pequenos agricultores e índios Maxakali de Santa Helena de Minas/MG

O conflito entre agricultores e índios da etnia MaxaKali, em Minas Gerais, foi observado por parlamentares e representantes do Poder Executivo em uma visita feita ao município de Santa Helena de Minas, nos dias 8 e 9 de setembro de 2005. Essa viagem foi organizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, que recebeu denúncias de agravamento do conflito e um pedido de interferência na área para assegurar a integridade dos índios.

No dia 20 de setembro de 2005, a CDHM realizou audiência pública para apresentação do relatório com as informações observadas pelos deputados. A audiência foi sugerida pela presidente da CDHM, deputada Iriny Lopes (PT-ES), Leonardo Monteiro (PT-MG) e Leonardo Mattos (PV-MG).

O conflito entre índios e agricultores dos municípios de Santa Helena da Minas e Bertópolis ocorre por problemas na demarcação das terras. A situação se tornou mais tensa em agosto desse ano, quando os índios retomaram uma área historicamente considerada propriedade indígena, mas que estava em posse de um fazendeiro, com título de propriedade, além da presença de mais 30 famílias agregadas.

Dez dias depois da ocupação, um grupo de moradores de Santa Helena de Minas expulsou dois missionários do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) do município e tentaram reassumir as terras à força entrando em conflito com os índios.

Participaram, como expositores, da referida audiência os convidados:

- Deputado Leonardo Monteiro;
- Sr. Olmar Klich - Representante da Subsecretaria de Direitos Humanos;
- Sr. Cláudio Beirão - Representante do CIMI;
- Sra. Nadja Havt Bindá – Antropóloga e Coordenadora-Geral de Identificação e Delimitação da Diretoria de Assuntos Fundiários da FUNAI;
- Sr. Waldemar Krenak – Administrador Executivo da FUNAI em Governador Valadares;
- Sr. Altino Barbosa Neto – Chefe dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas de Minas Gerais e do Espírito Santo da FUNASA;
- Sr. Weliton Militão dos Santos – Juiz Federal Titular da Vara Agrária de Minas Gerais;
- Subprocuradora Déborah Macedo Duprat de Britto Pereira - Coordenadora da 6ª Câmara (Comunidades Indígenas e Minorias) Ministério Público Federal;
- Sr. Lázaro Moreira da Silva – Representante da Polícia Federal;
- Sr. Odmilson Queiroz - Representante do INCRA;
- Sr. Sebastião de Souza Coelho – Representante da Coordenadoria-Geral de Defesa dos Direitos Indígenas da FUNAI.

CDHM debate política internacional de direitos humanos

A política brasileira nas instâncias internacionais foi tema de uma audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados, realizou em 28 de setembro de 2005. A iniciativa do debate foi do deputado Orlando Fantazzini – PSOL/SP e teve como objetivo avaliar os posicionamentos que o Estado Brasileiro vem tomando junto aos organismos internacionais que tratam dos direitos humanos.

Um dos pontos do debate foi também a decisão, tomada na reunião da Cúpula Mundial, de criar o Conselho de Direitos Humanos, em substituição à Comissão de Direitos Humanos da ONU, que enfrenta críticas de ser altamente politizada e seletiva. A criação do conselho significou um aumento de status dos direitos humanos junto à ONU, mas também colocou em destaque a necessidade de reflexão sobre o perfil desse novo conselho e como será a participação do Brasil nesse novo contexto.

Além do debate, também houve o lançamento do relatório sobre a atuação do Brasil como membro da Comissão de Direitos Humanos da ONU, no período de 2001 a 2005. Esse relatório foi elaborado pela Ong Conectas.

Um importante resultado do encontro foi a decisão de se criar o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa.

Participaram, como expositores, da referida audiência os convidados:

- Sra. Lúcia Nader – Coordenadora do Programa de Acompanhamento de Política Externa em Direitos Humanos – PAPEDH;
- Sr. Guilherme de Almeida – Coordenador da Unidade de Direitos Humanos e Cidadania do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;
- Sra. Maria Luiza Viotti – Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores

CDHM propõe ampliação de direitos de estrangeiros

O texto do anteprojeto de lei de imigração e naturalização, também conhecido como “Novo Estatuto do Estrangeiro”, foi o assunto da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM). O anteprojeto de lei regulamenta o ingresso, a permanência e a saída de estrangeiros do território nacional, além de tratar das regras para concessão de naturalização.

O anteprojeto foi elaborado por uma comissão do Ministério da Justiça que propôs uma série de mudanças nas regras atuais, ampliando os direitos do estrangeiro no Brasil. No entanto, integrantes da CDHM entenderam que as mudanças precisam ser maiores. Juntamente com entidades da sociedade civil organizada, um grupo de profissionais, coordenado pela CDHM elaborou uma série de propostas para ampliar ainda mais esses direitos. Essas propostas foram apresentadas e discutidas na audiência pública, que é uma iniciativa do deputado Orlando Fantazzini (PSOL-SP).

Dentre as propostas apresentadas estão as que buscam conceituar o que é estrangeiro não documentado ou em situação irregular, a fim de também considerá-lo um sujeito de direitos. Esse conceito substitui o de “clandestino”, expresso na lei atual. Outra idéia é a observância permanente aos tratados e convenções internacionais de direitos humanos, garantindo, dessa forma, um tratamento humanitário ao estrangeiro em situação irregular no Brasil.

Participaram, como expositores, da referida audiência os convidados:

- Sr. Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto – Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Coordenador da Comissão responsável pela elaboração do anteprojeto de lei da Migração;
- Ir. Rosita Milesi – Presidente do IMDH – Instituto de Migrações e Direitos Humanos;
- Sr. Roberval Freire – Representante do SPM – Serviço Pastoral dos Migrantes de São Paulo;

- Sr. Eugênio Arcanjo – Consultor Legislativo do Senado Federal

CDHM e Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável debatem o impacto da expansão da eucaliptocultura

CDHM realizou em conjunto com a CMADS audiência pública, no dia 18 de outubro, para tomar conhecimento dos impactos da expansão do cultivo do eucalipto na região Sul da Bahia. Para tanto, ouviu na ocasião o Sr. Iduíque Martins, Presidente do Sindicato Nacional dos Papeleiros, Professor Pe. José Carlos Galdino da Silva, Prof. Ary Vieira de Pauva-UNICAMP, representantes do BNDES, Veracel Celulose, Suzano Celulose, Comunidade Quilombola de Helvécia, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel e Celulose da Bahia, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itamaraju, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eunápolis, Ministério do Meio Ambiente e IBAMA regional da Bahia.

A indústria de papel e celulose tem experimentado significativa expansão, ocupando um lugar de destaque no conjunto produtivo nacional e, em particular, em alguns estados e regiões. Embora a contribuição econômica da indústria de celulose seja amplamente celebrada em análises de performance econômica, um aspecto que tem merecido pouca atenção, mas que é facilmente observável é o impacto da expansão da eucaliptocultura sobre as comunidades e o sufocamento de outras possíveis formas de produção agrícola.

No extremo sul do estado da Bahia estabeleceram-se de forma determinante a Veracel Celulose S.A., empresa controlada pela brasileira Aracruz Celulose e a sueco-finlandesa Stora Enso, e a Suzano Papel e Celulose. A presença dessas empresas tem passado a dominar a vida de vários municípios e comunidades, em função do seu enorme peso na economia local e do Estado. Através de estratégias de operações verticalmente integradas, essas empresas buscam maximizar as margens de lucro e produtividade de seus empreendimentos, desenvolvendo uma cadeia produtiva que vai do manejo florestal ao processo de elaboração do produto final. Nesse processo, porém, foram desprezados e encontram-se seriamente ameaçados valores importante como a diversidade e a segurança ambiental, a cultura regional, a possibilidade de diversificação econômica e de se evitar a monocultura, a criação de outros mercados de trabalho.

Participaram, como expositores, da referida audiência os convidados:

- Tasso Rezende de Azevedo, Diretor do Programa Nacional de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, representando a Ministra Marina Silva;
- Adely Branquinho, Chefe do Departamento de Indústria de Papel e Celulose da Área de Insumos Básicos do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, representando o Presidente Guido Mantega;
- Júlio César de Sá da Rocha, Gerente-Executivo do Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis no Estado da Bahia;

- Antonio Sergio Alípio, Diretor Florestal da Veracel Celulose S.A., representando o Presidente Renato Guéron;
- Murilo Passos, Diretor-Superintendente da Suzano Papel Celulose;
- Iduiques Ferreira Martins, Presidente do Sindicato Nacional dos Papeleiros do Estado de São Paulo;
- Natanael Braga de Carvalho, Secretário de Meio Ambiente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eunápolis-BA;
- Pedro Almeida dos Anjos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itamaraju-BA;
- Carlos Monteiro, Presidente do Sindicelpa - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel e Celulose da Bahia;
- Roseli Constantino Ricardo, Líder Comunitária da AQH - Associação Quilombola de Helvécia-BA;
- Padre José Koopmans, da Diocese de Teixeira de Freitas-BA;
- Carlos Pomponet, Diretor de Unidades de Conservação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia, representando o Secretário Jorge Khoury;

CDHM debate problemas na Justiça e na Segurança do RS

As questões ligadas à justiça e à Segurança Pública do Rio Grande do Sul foram debatidas pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados. A iniciativa de se realizar a audiência foi do deputado Adão Pretto (PT-RS) que se preocupou com a possível manipulação dos dados de homicídios dolosos cometidos no Estado.

“O número de homicídios dolosos comunicados à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) são menores do que os divulgados nos boletins oficiais das Secretarias de Segurança de alguns estados, entre eles, o Rio Grande do Sul”, justifica o deputado, citando reportagem publicada pelo jornal *Folha de São Paulo*, de 31 de janeiro de 2005. Segundo a reportagem, no Boletim Oficial do Rio Grande do Sul, estão registrados 1.400 homicídios dolosos realizados em 2003. Já no registro enviado à Senasp, o número é de 1.338, uma diferença de 68 ocorrências.

O deputado ainda se preocupou com a ineficácia do sistema de informações da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e a falta de critérios nas promoções, denunciada por entidades representativas dos servidores públicos no Rio Grande do Sul. Outra preocupação é com o crescimento da violência na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Participaram da audiência pública, como expositores, o Presidente do Sindicato dos Escrivães, Inspetores e Investigadores do Rio Grande do Sul, o Sr. Isaac Delivan Lopes Ortiz e o representante da Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, o Sr. Ten. Cel. Carlos Roberto Bondon.

O encontro, também, serviu de fórum para a discussão de um projeto de lei que prevê a delação premiada, que estaria sendo preparado pelo governo gaúcho: o “Projeto Recompensa”. “O objetivo do projeto é estimular a população a denunciar crimes.

A proposta prevê recompensas em dinheiro a quem der informações que levem a solução de crimes, proposta que vem provocando polêmica. Alguns acreditam que esse projeto estimulará uma indústria da informação e que o dinheiro das recompensas seria melhor empregado de fosse revertido para remuneração condigna e melhor formação de policiais.

CDHM debate situação das mulheres presas

Os problemas das mulheres encarceradas foram debatidos no dia 9 de novembro, em audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM). Solicitada pelo deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), a reunião recebeu várias denúncias de violação de direitos humanos das mulheres encarceradas no Estado de São Paulo.

Essas violações decorrem de distintos fatores. Um deles é a superpopulação que afeta, desproporcionalmente, as mulheres, pela falta de vagas específicas no sistema penitenciário. Ainda maior é a superpopulação em cadeias administradas pela polícia, sob a autoridade da Secretaria de Segurança Pública, isso porque, as mulheres não foram beneficiadas igualmente pelo programa de construção de penitenciárias empreendido pelo governo do Estado de São Paulo.

Em fevereiro de 2005, 4015 mulheres foram detidas no sistema penitenciário de e ainda 4.304 mulheres foram detidas em cadeias públicas. 52% das mulheres ainda estão em cadeias públicas. Ao mesmo tempo, somente 15% de homens estão detidos em cadeias públicas. Esse fato determina que muitas mulheres sejam detidas sob condições longe de atender os padrões internacionais.

“Apesar das condições de vida serem particularmente ruins em cadeias administradas pela polícia, as instalações penitenciárias femininas recém inauguradas tampouco provém espaço ou instalações penitenciárias adequadas, e raramente levam em conta as necessidades de gênero específicas das mulheres”, ressalva o deputado ao pedir a realização da audiência.

Outra crítica é a de que a proposta de se prover 2.600 vagas para mulheres na penitenciária em Santana não resolverá o problema. Na opinião da advogada Sônia Drigo, que representa o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, a situação poderá até se agravar. “Trata-se de mais um Carandiru, só que feminino. O ideal é que as penitenciárias tenham capacidades para no máximo 400 mulheres, como prevê a resolução do Conselho Penitenciário”, considera a advogada.

Participaram, como expositores, da referida audiência os convidados:

- Sr. Fábio Costa Sá e Silva – Coordenador-Geral de Ensino do Departamento Penitenciário Nacional-DEPEN;
- Sra. Michael Mary Nolan – Representante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo;
- Sra. Heidi Ann Cerneka – Coordenadora da Pastoral Carcerária Nacional Feminina;
- Sra. Sônia Regina Arrojo e Drigo – Coordenadora do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania do Estado de São Paulo;
- Sra. Kenarik Boujikian Felipe – Representante do Grupo de Estudo e Trabalho da Condição da Mulher Presa e Juíza titular da 10ª Vara Criminal de São Paulo.
- Sra. Fátima França – Diretora do Centro de Serviço Social da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo.

CDHM debate despejos e desocupações urbanas

A CDHM reuniu-se em 1º de dezembro de 2005 para debater, a requerimento do Deputado Adão Pretto, as violações de direitos humanos em despejos e desocupações urbanas. Foram convidados os expositores Sr. Nelson Saule Júnior – Representante do Fórum Nacional de Reforma Urbana; Sra. Lúcia Maria Moraes – Relatora Nacional para o Direito Humano à Moradia Adequada e à Terra Urbana; e Sr. Sebastian Tedeschi - Coordenador da Área de Pesquisa de COHRE Américas.

CDHM discute condições de trabalho na indústria de alimentos

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) realizou, no dia 07/12/2005, uma audiência pública para tratar sobre a situação de saúde dos trabalhadores da indústria de alimentação nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A audiência foi uma iniciativa da deputada federal Luci Choinacki (PT-SC), que recebeu denúncias de violação de direitos humanos e de precárias condições de trabalho em grandes empresas do setor alimentício dos dois estados.

Participaram, como expositores, da referida audiência os convidados:

- Sr. Siderlei Oliveira – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação;
- Dr. Ego Koerner Junior - Procurador Regional do Trabalho de Santa Catarina;
- Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima – Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Dr. Roberto Ruiz – Médico Sanitarista e do Trabalho de Santa Catarina;
- Sra. Ana Paula Lima – Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher de Santa Catarina;

- Sra. Geni Dalla Rosa – Secretária-Geral do sindicato da Alimentação de Serafina Correia/RS;
- Sra. Sara Odete Plake – Trabalhadora da PENASUL Alimentos/RS;
- Sra. Simone de Castro Zanella – Trabalhadora de Concordia/SC.

SEMINÁRIOS E OUTROS EVENTOS

Encontro Nacional debate Direito Humano à Comunicação

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara (CDHM) e o Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH) realizaram nos dias 17 e 18 de agosto próximo, o **Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005 - Direito Humano à Comunicação: Um Mundo, Muitas Vozes**. O evento teve o apoio de instituições como a Subsecretaria de Direitos Humanos, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, a Unesco e a Universidade de Brasília (UnB). Participaram dele membros de organizações do Estado e da sociedade, entre outras pessoas ligadas à luta pelos direitos humanos.

O Encontro manteve a tradição anual, criada pela parceria da CDHM com o movimento social e as organizações do setor, de ser um espaço nacional com a finalidade de avaliar a situação dos direitos humanos no Brasil, propiciar a troca de experiências e idéias, formular políticas públicas e desencadear mobilizações. A 9ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em 2004, agendou a seguinte para 2006. O Encontro possibilitou, assim, o espaço nacional de atuação coletiva do movimento pelos direitos humanos em 2005.

A Organização do Encontro manteve na programação os assuntos de interesse permanente e elegeu, como tema central, o Direito Humano à Comunicação, por sua atualidade e importância para a sociedade e para os diferentes segmentos da luta pelos direitos humanos.

Os temas dos Grupos de Trabalho corresponderam aos objetos de documentos e visitas oficiais de monitoramento de direitos no Brasil este ano: Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; Relatório da sociedade brasileira sobre a implementação do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e do Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos; Combate à tortura; Proteção aos defensores dos direitos humanos; Direito Humano à Comunicação; Violação dos direitos humanos na mídia; Educação e Comunicação em Direitos Humanos; Estado federal e implementação de tratados, recomendações e decisões de direitos humanos; Avaliação de políticas públicas de direitos humanos.

Programação

17 de agosto

Abertura

Cerimônia com a presença de autoridades e representações da sociedade civil. Exibição dos vídeos *Não é o que parece*, produzido pelo Conselho Federal de Psicologia e TV Futura, *Sua boca*, produzido pelo CFEMEA, campanha *Onde você guarda seu racismo*

Painel principal: *Nova Ordem da Informação e Direitos Humanos: trajetória histórica do conceito*

Expositores:

Marco Antonio Rodrigues Dias (Universidade das Nações Unidas)

José David Salomão Amorim (Iesb)

Murilo César Ramos (Lapcom- Universidade de Brasília)

Debatedores: Cicília Peruzzo (Intercom) e Luiz Gonzaga Motta (Núcleo de Estudos de Mídia e Política - UnB)

Painéis Simultâneos

Painel 1 - Direito Humano à Comunicação e Políticas Públicas

Foram debatidas as iniciativas do Estado e da sociedade civil para garantir o Direito Humano à Comunicação, entendido como o direito que a pessoa tem de se expressar, manifestando sua identidade civil, política, econômica, social e cultural. Também serão discutidas medidas que visem assegurar que concessionários de radiodifusão e outros veículos de comunicação respeitem os direitos humanos em suas programações, sem prejuízo da liberdade de expressão.

Coordenador: Dep. Orlando Fantazzini (PT-SP)

Expositores: Sérgio Murillo de Andrade (Fenaj-FNDC) e Gustavo Gindre (Indecs)

Debatedores: João Brant (Cris Brasil) e Ela Wiecko Volkmer de Castilho (PFDC-MPF)

Painel 2 - A Importância da Comunicação na Educação em Direitos Humanos

Espaço de poder e sociabilidade, a mídia atua na formação da opinião pública em relação a valores, crenças e atitudes. Seu potencial para a educação em direitos humanos é tão forte quanto sua capacidade de difundir estereótipos contrários às conquistas expressas na Declaração Universal e na legislação em vigor. Como influir para que a mídia seja parceira nos esforços de educação para os direitos humanos?

Coordenador: Deputado Leonardo Mattos (PV-MG)

Expositores: Aída Monteiro (Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos) e Ricardo Henriques (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade)

Debatedores: Mara Régia (Radiobrás) e Washington Araújo (Senado Federal)

Painel 3: Gênero, Raça e Etnia na comunicação

A mídia parece desconhecer que a variável raça promove desigualdades entre brancos e negros. Mas, é necessário dizer que a mídia não está só nesta miopia:

estudiosos e estudiosas também não olham esse aspecto com a devida nitidez. A mídia sabe cobrir o poder, sobretudo no plano político. Cobre Brasília, partidos políticos e uma parcela institucional muito reduzida da sociedade. Mas quando é pautado um debate sobre educação ou saúde, poucos na redação pensam em procurar lideranças comunitárias para que exponham propostas inovadoras que estão sendo desenvolvidas país afora. Isto quer dizer: o mapa da sociedade civil não está na redação. Aqui é preciso acrescentar: o mapa, com os recortes de gênero e raça, também não estão nos veículos de comunicação.

Coordenador: Dep. Luiz Alberto (PT-BA)

Expositoras: Nilza Iraci (Geledés, Instituto da Mulher Negra)

Jacira Melo - Instituto Patrícia Galvão (Comunicação e Mídia)

Debatedores: Guacira César de Oliveira (Cfemea) e Iradj Eghrari (Comunidade Baha'i)

Painel 4: Estado Federal e a implementação dos tratados sobre direitos humanos

Os instrumentos e mecanismos de defesa, proteção e promoção dos direitos humanos têm sido ratificados na mesma medida em que também crescem as dificuldades de implementá-los no âmbito do Estado Federal, compreendido a União, Estados e Municípios e as responsabilidades de todos os entes federados diante da violação dos direitos humanos no Brasil. A cada ano, ocorrem novas recomendações e decisões decorrentes dos mecanismos de fiscalização e monitoramento do sistema internacional de direitos humanos, seja global ou regional, e a conseqüente dificuldade de implementação pelo Estado Federal como um todo, implicando diretamente na realização dos direitos humanos.

Coordenador: Dep. Geraldo Thadeu (PPS-MG)

Expositores: Flavia Piovesan (CDDPH) e Eugênio Aragão (MPU)

Debatedores: José Gregori (Conselho de Direitos Humanos da Cidade de São Paulo e Centro de Estudos de Direitos Humanos da Unieuro), Francisco Sales (Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Justiça) e Jaime Benvenuto (Gajop)

Grupos de Trabalho

Os nove Grupos de Trabalho corresponderão aos objetos de documentos da sociedade civil e visitas oficiais de monitoramento de direitos no Brasil este ano.

5. GT Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

Esse GT pretende identificar a real situação das mulheres brasileiras, em especial daquelas em desvantagem social - índias, negras, encarceradas, empregadas domésticas, rurais, lésbicas, jovens, idosas, trabalhadoras - e avaliar a eficácia das ações e políticas do Estado brasileiro em cumprimento à CEDAW e às recomendações do Comitê CEDAW de 2003. Pretende também apontar medidas necessárias e adequadas ao pleno e efetivo cumprimento da Convenção para eliminar a discriminação contra mulheres nas esferas pública e privada e assegurar a igualdade entre mulheres e homens.

6. GT Relatório da sociedade brasileira sobre implementação do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

O grupo teve como objetivo debater o papel da sociedade civil no monitoramento dos compromissos assumidos pelo Estado Brasileiro no que se refere ao Pacto Internacional dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, o Contra Informe PIDCP (Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos) e o Informe Alternativo PIDESC (Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais). Em recente informe, a Representação Regional do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas para a América Latina e Caribe observou que, embora haja alguns avanços desde a Constituição de 1988, o Brasil ainda encontra-se em uma situação de pobreza extrema, onde 42% da população vive em moradias inadequadas, sem abastecimento de água suficiente ou saneamento básico e 50% vive em comunidades não estruturadas (assentamentos e moradias ilegais).

Outras inúmeras preocupações relativas as violações aos direitos econômicos, sociais e culturais foram relatadas pelo Comitê que recomendou, em 2003, que o Estado Brasileiro adotasse medidas urgentes para corrigir as discriminações contra afro-brasileiros, povos indígenas, grupos minoritários e mulheres, especialmente em matéria de emprego, saúde e educação, e que no próximo informe apresentasse ao Comitê informações pormenorizadas, inclusive com dados estatísticos comparados.

GT Combate à tortura

O grupo debaterá o relatório sobre tortura encaminhado ao Comitê Contra a Tortura (CAT/ONU), visando socializar, atualizar e complementar as informações. Para isso, proporcionará um intercâmbio de informações entre as entidades que atuam no combate à tortura. Não obstante ser o Brasil signatário da Convenção para eliminação da tortura e outros tratamentos e penas cruéis, desumanos e degradantes, e de estar vigindo a Lei 9.455/97, a prática da tortura persiste nos distritos policiais e nas prisões, conforme demonstrou o “Segundo relatório brasileiro sobre o Pacto de Direitos Cíveis e Políticos” apresentado às Nações Unidas. Os Estados Parte da Convenção estão obrigados a encaminhar relatório anualmente. Segundo o Guia Geral para relatórios adotado pelo Comitê (CAT), os relatórios deverão conter uma primeira parte com informações relativas às ações do Estado. Outra será dedicada à implementação da Convenção, incluindo quaisquer mudanças na legislação que prejudiquem a realização dos objetivos da Convenção, casos judiciais que influenciem na sua aplicação, além de medidas políticas ou jurídicas de reparação ou compensação às vítimas. Segundo o relator especial da ONU contra a Tortura, trata-se de um problema global, cuja solução resultará não da ação isolada dos Estados, mas do esforço conjunto nos níveis internacional, nacional e local, o que nos impõe a todos ampla discussão na formulação de propostas para eliminar a tortura no Brasil e a impunidade dos seus perpetradores.

7. GT Violações de direitos humanos na mídia

O grupo visou estabelecer um diálogo entre os militantes de diversas áreas dos direitos humanos e militantes do direito humano à comunicação para debater mecanismos de exigibilidade voltados à proteção e combate à violações veiculadas na mídia. O GT deverá produzir um mapeamento dos mecanismos e órgãos existentes (como o Ministério Público e a Campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania") e apresentar sugestões aos atuais e a novos instrumentos. Também contribuirá nesse esforço, a sistematização de experiências de respostas a representações inadequadas de grupos minorizados e violações explícitas dos direitos humanos nos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação.

8. GT Direito Humano à Comunicação: conceituação e indicadores

GT mais voltado ao aprofundamento e delimitação de quais conceitos conformam o direito humano à comunicação e quais indicadores podem ser usados como referência para a sua realização. Buscará formulações mais específicas sobre o direito humano à comunicação, sua definição, delimitação e propostas concretas de políticas e ações para sua efetiva realização. Incluirá a busca de uma estratégia de retomada do debate interrompido após a publicação do relatório MacBride.

9. GT Educação e Comunicação em Direitos Humanos

O grupo discutiu a primeira versão do plano elaborado pelo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (SEDH), destinado a orientar as políticas públicas e ações da sociedade nessa área. Pretende o grupo reunir os setores interessados e apresentar propostas para o aperfeiçoamento da versão final, a ser apresentada no final do ano. A orientação para educação em Direitos Humanos é prevista em vários instrumentos internacionais, como na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu art. 26, no Pacto de DESC, art. 13, na Convenção sobre os Direitos da Criança, no art. 29, e na Declaração de Viena (1993). Caracteriza-se como processo de "treinamento e difusão de informações destinadas à construção de uma cultura universal dos direitos humanos, por meio de experiências compartilhadas e mudança de atitudes direcionadas ao fortalecimento do respeito aos direitos e liberdades fundamentais, de tal forma a proporcionar o desenvolvimento completo da personalidade humana e de seu senso de dignidade".

A ONU adotou um programa de ação para as décadas de 1984-2005 relativo à educação em direitos humanos. Esse programa reúne cinco objetivos básicos, dentre os quais o fortalecimento da mídia popular. Recomenda que a educação em direitos humanos seja ação conjunta de entidades no âmbito internacional, regional, nacional e local, destinados a implementar a informação pública que promova a compreensão, tolerância, igualdade entre os sexos e amizade entre todas as nações, pessoas indígenas e grupos raciais, nacionais, étnicos, religiosos e lingüísticos.

10. GT Avaliação de políticas públicas de direitos humanos

debate da execução do II Plano Nacional de Direitos Humanos, a elaboração e revisão do Plano Plurianual, a atual execução orçamentária (a partir dos estudos do Inesc) e relatos de experiências setoriais e de governos estaduais.

11. GT Estado Federal e implementação dos tratados internacionais de direitos humanos

Este GT pretendeu aprofundar e delimitar as implicações que todo o arcabouço de direitos humanos, com seu marco legal e mecanismos de monitoramento e fiscalização. Quais mecanismos podemos definir para a efetiva realização desses instrumentos pelo Estado Federal? Buscaremos formular propostas de políticas, ações e a construção de novas institucionalidades? Como o Estado brasileiro tem ratificado a maioria dos tratados de direitos humanos e se submetido ao monitoramento e fiscalização, torna-se necessário para o movimento social definir e delimitar novos meios que assegurem a implementação desses instrumentos.

9. GT Defensores de Direitos Humanos

Esse GT pretendeu levantar subsídios para o Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos que está em fase de elaboração, além de reunir elementos para preparar informe à relatora da ONU sobre o tema. Abordaremos aspectos como o próprio conceito de defensor de direitos humanos, risco e vulnerabilidade (morte e ameaças), criminalização do defensor, unidade especial de defensores de direitos humanos/OEA. Em referência a essa matéria, o informe 2004 do Observatório para a proteção dos defensores de direitos humanos, órgão instituído pela Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH), revela que em todo o mundo, os defensores de direitos humanos têm sofrido ameaças em sua “integridade física e psicológica (tortura, ameaças de morte, agressão, assassinatos)”, em particular em função das políticas atuais de segurança dos Estados.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA) e a Comissão Direitos Humanos (ONU) tem revelado sua preocupação com a situação dos defensores na América Latina, considerada uma das regiões mais perigosas para estas pessoas. O art. 21, inciso 1.º e 2.º da Declaração das Nações Unidas dispõe que todas as pessoas têm o direito de participar de ações pacíficas contra as violação de direitos humanos e que é dever do Estado, por meio das autoridades competentes, protegê-las de qualquer violência ou ameaça no exercício desse direito. O debate, portanto, tem por fim contribuir para a construção de um sistema político e jurídico de proteção efetiva aos defensores de direitos humanos no Brasil.

18 de agosto

Lançamento de livros

Plenária para apresentação de moções e denúncias
Palavra aberta a propostas de moções, denúncias e informes.

GTs: revisão e relatório - Os relatores dos Grupos de Trabalho submeteram a primeira versão dos respectivos relatórios aos integrantes do GT para receber a redação final

Plenária final - Apresentação dos relatórios de cada Grupo de Trabalho, debate e aprovação da "Carta de Brasília", documento síntese do Encontro.

Encerramento - Entrega da Carta de Brasília ao secretário especial de Direitos Humanos, Mário Mamede.

CDHM abre a palavra aos índios e busca soluções para saúde e demarcações

As principais questões que afligem os povos indígenas brasileiros esteve em debate no Dia do Índio - 19 de abril - na Câmara dos Deputados. A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou seminário para tratar das questões indígenas, inclusive com a presença de representantes de diferentes povos.

"Vamos abrir a palavra às lideranças indígenas, analisar a situação da saúde e nutrição dessas comunidades, o andamento das demarcações e titulações de suas terras" informou de início a deputada Iriny Lopes (PT-ES), presidente da Comissão de Direitos Humanos. O objetivo do seminário foi cobrar providências e produzir sugestões de políticas públicas para essas comunidades, as mais vulneráveis no Brasil hoje quanto aos direitos humanos.

O seminário resultou de iniciativas dos deputados Geraldo Thadeu (PPS-MG); Leonardo Mattos (PV-MG) e Pompeo de Mattos (DT-RS), que tiveram aprovados requerimentos no sentido de verificar e buscar soluções para os problemas vividos pelos povos indígenas. Participaram, como expositores, da referida audiência os convidados:

- Dra. Déborah Macedo Duprat de Britto Pereira - Coordenadora da 6ª Câmara (Comunidades Indígenas e Minorias) Ministério Público Federal;
- Sra. Ana Maria Costa - Coordenadora de Saúde da FUNAI;
- Sr. Valdi Camarcio Bezerra - Presidente da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA;
- Sra. Azelene Kaingáng - Rep. dos povos indígenas no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA;
- Sr. Saulo Feitosa - Vice-Presidente do Conselho Indigenista Missionário – CIMI

Seminário debate direito e controle social na TV

Numa parceria com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, em 26 e 27 de abril, no Auditório do

Anexo IV da Câmara dos Deputados, o Seminário Nacional sobre o Controle Social da Programação Televisiva. O evento se destinou a debater os parâmetros éticos e as bases jurídicas para o efetivo exercício do direito humano à comunicação no que se refere à programação da TV brasileira.

"Os subsídios do encontro foram úteis aos trabalhos da campanha *Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania*, avaliou seu coordenador, deputado Orlando Fantazzini (PT-SP). Também foram debatidos e aprofundados os princípios que podem fundamentar, no escopo legal do país, a atuação do Ministério Público em defesa do direito à comunicação.

Programação

Dia 26/04/05

Abertura - Mesa: Dep. Iriny Lopes - Presidente da CDHM da Câmara dos Deputados e Dra. Ela Wiecko V. De Castilho - Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

16h – Conferência A qualidade da programação televisiva e os direitos difusos
Presidência da Mesa: Dep. Iriny Lopes
Conferencista: Prof. Rodolfo Camargo Mancuso

Dia 27 – Painel Olhar crítico sobre a qualidade da programação televisiva
Convidados: Sr. Eugênio Bucci - Presidente da Radiobrás; Prof. Murilo Ramos - Departamento de Jornalismo/UnB; Sra. Heloísa Buarque de Almeida – Antropóloga e Pesquisadora da UNICAMP; Sr. José Edgard Rebouças - Jornalista e Professor de Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo; Sr. José Eduardo Elias Romão - Diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça.

Painel “E daí...o que fazer?": Instrumentos Jurídicos e Sociais de Controle da Programação Televisiva; ACP, ICP e TAC: Recomendação e Direitos de Resposta Coletiva; ações de monitoramento na Campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”

Convidados: Dep. Orlando Fantazzini – Coordenador da campanha; Dr. Fernando Martins - Procurador da República – MG; Dr. Sérgio Gardenghi Suiama - Procurador da República – SP; Prof. Ricardo Balestreri – Secretaria Nacional de Segurança Pública e Comitê Nacional de Educação para os Direitos Humanos.

Cidadania Homossexual em debate na Câmara dos Deputados

“Compromisso com respeito e igualdade de direitos”. Foi com esse princípio que as comissões de Direitos Humanos e Minorias, de Legislação Participativa e de Educação e Cultura, em parceria com a Frente Parlamentar Mista pela Livre

Expressão Sexual, se uniram para realizar na Câmara dos Deputados, o 2º Seminário Nacional GLBT.

Quatro mesas de debates antecederam o encontro, realizado no dia 28 de junho. Especialistas da área jurídica, representantes de organizações que lutam pelo reconhecimento dos direitos da comunidade GLBT, no Brasil e na América Latina, participaram dos debates, junto com parlamentares comprometidos com a promoção da igualdade de direitos, independentemente da orientação sexual.

A União Civil, o combate à homofobia e a garantia de cidadania plena aos GLBTs foram os pontos centrais das exposições e debates.

O encontro contou também com o apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, do Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde e da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros – ABGLT.

Seminário: Cidadania da Pessoa com Deficiência

A restituição da condição de ministério da Secretaria de Direitos Humanos do Governo foi uma das principais reivindicações do seminário “Cidadania da Pessoa com Deficiência”, promovido no dia 21 de setembro de 2005, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

A secretaria, que teve seu status rebaixado por efeito da Medida Provisória 259, abriga o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), órgão responsável por elaborar políticas para pessoas com deficiência e ficou enfraquecido com a subordinação da SEDH à Secretaria Geral da Presidência da República.

O seminário fez parte das comemorações do Dia Nacional de luta da Pessoa com Deficiência. O presidente do Conade, durante o seminário, entregou ao secretário especial de Direitos Humanos, Mário Mamede, a “Carta Aberta do Conade ao Presidente Lula”. Neste documento, o Conade reivindica investimentos federais para políticas de inclusão de pessoas com deficiência, prioridade para a realização da I Conferência Nacional dos Direitos da pessoa com Deficiência, programada para maio de 2006. A carta pede também mais poderes políticos e recursos para a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde).

A presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputada Iriny Lopes (PT-ES) é relatora da MP e disse que irá sugerir em seu relatório a restituição da condição de ministério da SEDH. “Espero que essa Casa tenha sensibilidade para acatar essa sugestão, pois se trata de um anseio de todos aqueles que lutam pelos direitos humanos de forma universal”.

O presidente do Conade, Adilson Ventura, destacou a importância do Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. “Pela primeira vez, em mais duas décadas, estamos comemorando oficialmente esse dia que surgiu na década de 80 com a declaração da ONU (Organização das Nações Unidas), mas só agora, temos o governo Lula, que instituiu este dia oficialmente no Brasil. Mas os nossos dias são todos de luta porque o respeito aos direitos das pessoas com deficiência, infelizmente não são respeitados em nosso país”, protestou Ventura.

Ele enfatizou ainda que o Brasil possui uma das legislações mais avançadas do mundo em relação aos direitos das pessoas deficientes mas, segundo ele, também é país que mais viola esses direitos.

“Não somos uma minoria insignificante. Além de sermos 25 milhões de brasileiros, é necessário pensar que cada deficiente tem um pai e uma mãe. Só aí, já somos 75 milhões de brasileiros, no mínimo, que não temos reconhecidos nossos direitos como cidadãos de primeira categoria. Não somos inválidos ou inúteis. Precisamos é de oportunidade, de capacidade de exercermos nossos direitos e deveres”, destacou.

Seminário discute interdições judiciais no Brasil

As interdições judiciais concedidas no Brasil de forma exagerada foram assunto de seminário promovido, no dia 20 de outubro de 2005, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, Comissão de Direitos Humanos da OAB e Rede Internúcleos. O evento contou também com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social, INSS, Ministério Público Federal, Ministério da Saúde, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

A autora do requerimento foi da presidente da CDHM, deputada Iriny Lopes (PT-ES), preocupada com a banalização dessas interdições de pacientes psiquiátricos. Para ela “o exagero nas interdições em pacientes psiquiátricos está na contramão do movimento de reforma psiquiátrica que busca a reinserção do doente mental na sociedade. A interdição retira a cidadania dessas pessoas”, justificou. O atual quadro brasileiro, de acordo com a parlamentar, não condiz, inclusive, com as diretrizes da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) cujo objetivo é garantir direitos dessa parcela da população excluída da sociedade brasileira.

Denominado “Há Banalização da Interdição Judicial no Brasil?”, o seminário procurou dar visibilidade ao problema e definir parâmetros. “É necessário criar uma consciência comum para os profissionais diretamente envolvidos com a questão”, destacou a deputada Iriny Lopes.

Programação

20/10/05

Abertura - Deputada Iriny Lopes - Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; Niusarete Margarida de Lima – Representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Marcus Vinícius de Oliveira - Vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia; Aluísio Lucena - Representante do INSS; Sra. Ana Lígia Gomes – Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Joelson Dias – Representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; representantes do Ministério Público, Secretaria de Assistência Social e Ministério da Saúde;.

- Lançamento da publicação, com os temas: "O Novo Direito dos Portadores de Transtorno Mental", "Medida de segurança" e "Interdição judicial".

Painel 1: "Defesa da Democracia, Princípios Republicanos e responsabilização dos Agentes Públicos: a Excepcionalidade da Interdição."
Expositor: José Geraldo de Sousa Júnior

Painel 2: A interdição judicial e o acesso aos direitos de cidadania garantido pelas Políticas Públicas.

Expositores: Sr. Peterson de Paula Pereira – Procurador da República do DF
Sra. Melick de Carvalho - Representante do Ministério Público Federal

Mesa Redonda 1 – "Reforma Psiquiátrica, Justiça, Assistência Social e Interdição Judicial".

Expositores: Sra. Rosemeire Aparecida da Silva - Representante da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial; Representante do Ministério Público; Sr. Marcus Vinícius de Oliveira - Representante do CFP; Sra. Ana Lígia Gomes - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

21/10/05

Conferência "Reforma Psiquiátrica e Justiça – Espaço de Banalização da Interdição Judicial"

Expositor: Sr. Pedro Gabriel Godinho Delgado – Coordenador da Área Técnica de Saúde Mental do Ministério da Saúde

Mesa Redonda 2 – "Laudo, Perícia e Interdição Judicial: Fragilidades e Desafios para os Direitos Humanos."

Dr. Talvane M. de Moraes - Representante da Associação Brasileira de Psiquiatria
Dr. Benedito Brunca - Representante do INSS; Dr. Paulo Kelbert - Perito Médico
Dr. José Geraldo Vernet Tavorda – Médico especialista em psiquiatria forense, Chefe do Departamento de Ética e Psiquiatria Forense da Associação Brasileira de Psiquiatria; Sr. Mark Napoli - Representante da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial

Mesa Redonda 3 – "A Questão do Controle das Interdições Judiciais no Brasil"

Expositores; Dr. Joelson Dias – Representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Dra. Niusarete Margarida de Lima – Representante da Subsecretaria de Direitos Humanos; Dr. Rogério Schiett -

Conselho Nacional dos Procuradores da Justiça; Sra. Marlouve Moreno Sampaio Santos - Promotora de Justiça da 3a. Promotoria de Justiça de Família de Brasília
Sra. Wanessa Alpino Bigonha Alvim - Promotora de Justiça - Assessora Cível do Procurador-Geral de Justiça do MPDFT; Sra. Maria Aparecida Gugel - Subprocuradora Geral do Trabalho

Encerramento com divulgação de carta de compromissos das entidades envolvidas com a produção do problema e a busca de soluções.

Parlamentares discutem os direitos da criança

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), da Câmara dos Deputados, realizou no dia 25 de outubro, o I Encontro de Parlamentares em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. O encontro teve como objetivo avaliar o funcionamento da Rede Nacional de Frentes Parlamentares em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e buscar o fortalecimento dessa importante ferramenta no combate ao desrespeito desses direitos.

Para o encontro foram convidados senadores, deputados federais e estaduais, além de representantes dos legislativos municipais comprometidos com a causa. “Temos respostas a dar sobre como protegemos nossas crianças. Nossa legislação é avançada, mas é preciso que nós, representantes do Poder Legislativo, possamos desenvolver mecanismos para que a lei seja cumprida em nosso país e esse encontro nos deu oportunidade de discutirmos essa questão”, destacou a presidente da CDHM, deputada Iriny Lopes (PT-ES).

O encontro teve a parceria da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e o apoio do Unicef, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, da Fundação Abrinq, da ONG Save the Children e do Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

A deputada Maria do Rosário (PT-RS), uma das coordenadoras da frente e autora do requerimento para a realização do evento destacou a necessidade de um plano estratégico para garantir o respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes. “Precisamos construir uma plataforma unitária de estratégias e ações para a garantia dos direitos da criança e do adolescente”, afirmou.

Frente Parlamentar

A defesa dos direitos de crianças e adolescentes começou a ganhar mais força, na agenda pública do País, no final da década de 1980, com a participação dos movimentos sociais nas discussões da Assembléia Nacional Constituinte, resultando nas garantias estabelecidas pelos artigos 227 e 228 da Constituição de 1988 e, posteriormente, detalhadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Cientes da responsabilidade do Poder Legislativo no cumprimento do novo ordenamento jurídico, um grupo de deputados e senadores criou, em 1993, a Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente no âmbito do Congresso.

Dez anos depois, com a chegada ao Congresso de parlamentares que, ao longo de sua trajetória política, fizeram da defesa dos direitos infanto-juvenis sua área de atuação prioritária, a Frente Parlamentar foi revitalizada, passando a ser integrada pelo número recorde de 133 deputados e 25 senadores, sob a coordenação da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), no Senado, e das deputadas Maria do Rosário (PT-RS) e Telma de Souza (PT-SP), na Câmara.

Durante esse período, por uma coincidência desafiadora, alguns dos aspectos mais polêmicos relacionados aos jovens saíram de um estado de latência para dominarem o debate nacional, e, em alguns casos, mundial. Temas como a violência, o turismo e a exploração sexual de crianças e adolescentes, a utilização indiscriminada de mão-de-obra infantil em algumas atividades econômicas e a pedofilia, especialmente na internet, passaram a monopolizar atenções dos mais variados segmentos da sociedade, exigindo do Parlamento um posicionamento pronto, claro e firme. O sucesso obtido pela Frente do Congresso Nacional no enfrentamento desses problemas despertou, em alguns parlamentos estaduais e municipais, o interesse em adotar mecanismos semelhantes.

Programação

Abertura

Deputada Iriny Lopes – Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias
Deputada Maria do Rosário – Coordenadora Frente Parlamentar Criança e Adolescente e Presidente da Subcomissão da Infância e Juventude da Comissão de Direitos Humanos e Minorias
Deputada Telma de Souza – Coordenadora da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente/Câmara dos Deputados
Senadora Patrícia Saboya – Coordenadora da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente/Senado Federal
Sr. Manuel Rojas Buvinich – Representante Adjunto do UNICEF no Brasil
Sra. Márcia Oliveira – Representante da Save the Children Suécia
Sr. José Fernando da Silva – Presidente do CONANDA

Painel 1: O enfoque de direitos da criança e do adolescente: a convenção sobre os Direitos da Criança, o Estatuto da Criança e do Adolescente e os desafios do orçamento público.

Expositores: Sr. Mário Volpi – Oficial de Projetos do UNICEF; Sra. Neide Castanha – Coordenadora do Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Representante da Fundação Abrinq

Painel 2: A consolidação da Rede Nacional de Frentes Parlamentares em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente: relato de experiências e construção de estratégias.

Expositores: Parlamentares Federais e Estaduais

REDE PARLAMENTAR NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), nos dias 28 e 29 de abril de 2005, o VIII Encontro Parlamentar Nacional de Direitos Humanos. Aberto a parlamentares de todos os partidos, regiões e esferas administrativas, o evento teve a participação de vereadores, deputados estaduais e federais e senadores. O encontro atingiu seus quatro objetivos:

1°. Constituiu a Rede Nacional Parlamentar pelos Direitos Humanos – Uma articulação capaz de mobilizar-se em torno de prioridades temáticas e situações emergenciais, além de promover a cooperação e a troca de experiências, com espaço próprio abrigado na página web da CDHM na internet. (www.camara.gov.br/cdh)

2°. Definiu uma agenda comum de atuação em 2005 - Com elenco de políticas públicas prioritárias, proposições legislativas e calendário de eventos importantes.

3°. Investiu no aperfeiçoamento parlamentar – Na ocasião foi lançada a publicação *O Parlamentar e os Direitos Humanos*, com instrumental teórico e prático fruto da experiência acumulada pelos deputados e colaboradores da CDHM em 10 anos de atividades. A obra contém instrumentos jurídicos da legislação interna e internacional; responsabilidades dos agentes e esferas de Estado; sugestões técnicas para a defesa e promoção dos direitos humanos no espaço parlamentar; elaboração de políticas públicas, apresentação e tramitação de proposições.

O encontro também foi um espaço livre para o debate de temas propostos pelos participantes, como a questão da segurança pública, direitos da infância e juventude, referendo pelo desarmamento, violência nos despejos urbanos e o direito humano à moradia etc.

A presidente da CDHM, deputada Iriny Lopes (PT-ES) avaliou o VIII Encontro como "um marco da organização do movimento pelos direitos humanos entre parlamentares de todo o País".

Participantes do Encontro

Participaram representantes das Comissões de Direitos Humanos das Assembléias Legislativas do Maranhão, Rio Grande do Sul, Amazonas, Rio de Janeiro, Paraná, Sergipe, Pará, Espírito Santo, Goiás, Bahia, Santa Catarina, Ceará, São Paulo, Pernambuco, Distrito Federal. E das Comissões de Direitos Humanos das Câmaras Municipais de Patrocínio (MG), Divinópolis (MG), Londrina (PR), Natal (RN), Manaus (AM).

Também participaram representantes da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, movimentos e instituições de Direitos Humanos de todo o Brasil: Comitê das Vítimas de Violência do DF, ÁGERE, PUC-RJ, RADIOBRÁS, UNICEF, Comunidade BAHA'I do Brasil, UnB, INESC, CACI, MPF, CELA, ICESP, CFÊMEA, ENECOS, ENCOS, MNDH, Conselho Federal de Psicologia, Conselho Estadual de Direitos Humanos do Estado de Goiás, Cooperativa dos Militares Anistiados, além de técnicos legislativos do Senado, Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas, e outros servidores públicos.

Moções aprovadas e encaminhadas

a) Moção de Protesto contra a atuação das autoridades públicas na violenta desocupação de terreno em Goiânia (GO), e em favor da federalização das investigações do caso, tendo em vista os poderosos interesses políticos e econômicos envolvidos, além de pedir urgência no assentamento dos moradores despejados, instalados precariamente em ginásios esportivos.

b) Moção de Apoio em favor da votação tempestiva do decreto legislativo que permite a realização do referendo sobre a venda de armas no Brasil, em favor da exclusividade e da objetividade da pergunta a ser feita no citado referendo bem como a inclusão na cédula de votação da opção SIM como resposta para os optantes pela proibição para a venda de armas.

c) Moção de Apoio em favor da da federalização das ações de investigação do assassinato da missionária Irmã Dorothy Stang, ocorrido no município de Anapu, no Estado do Pará, em 12.02.2005, em face da atuação da referida missionária no processo de organização e conscientização dos trabalhadores rurais e em defesa de um modelo sustentável de desenvolvimento para a região.

d) Moção de Apoio em favor da demarcação e homologação de forma contínua da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, ocorrida em 15.04.2005, fruto de uma luta de mais de 30 anos dos povos Makuxi, Wapichana, Taurepang, Ingarikó e Pantamona, cumprindo o preceito constitucional de direito à terra.

e) Moção de Repúdio contra a decisão de decretação de “sete dias de luto oficial” por parte do governo do Estado de Roraima, contra a demarcação e homologação de forma contínua da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, no referido estado, ocorrida em 15.04.2005.

f) Moção de Repúdio contra as iniciativas legislativas que venham propor a Redução da Maioridade Penal tendo vista não resolver o problema da criminalidade, da violência, da delinqüência infanto-juvenil bem como as tensões sociais que desencadeiam e propiciam a violência e a criminalidade.

g) Moção de Apoio em favor de uma ação mais enérgica do poder público contra a atuação dos grupos de extermínio e o crime organizado dentro das instituições policiais brasileiras, tendo em vista a chacina ocorrida no município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, e tantos outros delitos atribuídos a grupos dessa natureza.

h) Moção de Apoio em favor da adoção de medidas urgentes e amplas no sentido de amenizar a caótica situação do sistema carcerário tendo em vista as precárias e subumanas condições dos estabelecimentos prisionais no Brasil que padece com a superpopulação, ociosidade dos detentos, motins, rebeliões, demora na assistência judiciária entre outros graves problemas.

i) Moção de Apoio em favor de medidas urgentes e amplas no sentido facilitar o acesso de todo cidadão brasileiro à justiça, particularmente aos mais necessitados, não somente no que diz respeito ao acesso físico às dependências, a gratuidade e isenção de custas e instalação de defensorias públicas, como também na realização efetiva da JUSTIÇA como valor sem o qual o ser humano não pode sobreviver.

j) Moção de Apoio à instituição de políticas públicas que promovam os direitos humanos de setores vulneráveis, como mulheres vítimas de violência doméstica, portadores de necessidades especiais, crianças e adolescentes em situação de risco, idosos, mulheres, gays, lésbicas e transsexuais.

l) Moção de Apoio a adoção imediata de ações e políticas públicas que venham garantir o acesso à terra, contra a intrusão, que garanta a segurança alimentar, a saúde e o saneamento para as populações indígenas.

m) Moção de Repúdio contra a criação da brigada do Exército para atuar em conflitos sociais e o emprego das forças armadas no combate e na contenção de distúrbios civis visto que o sentido da existência do Exército, Marinha e Aeronáutica é o de proteger o País contra possíveis agressões externas e aguarda das fronteiras, só sendo admitida a convocação das Forças Armadas, de acordo com nosso ordenamento jurídico, exclusivamente em situações de excepcional gravidade, em que a ordem constituída esteja ameaçada.

n) Envio de Requerimento de Informações da Comissão de Direitos

Humanos e Minorias, e ao Ministério da Defesa e ao Departamento de Direitos Humanos do Itamaraty, sobre as condições das tropas brasileiras, a condução da missão pela ONU e a situação dos direitos humanos da população daquele país.

o) Realização de outros eventos envolvendo parlamentares, inclusive no sentido de promover os direitos da criança e do adolescente.

p) Deliberou-se pela criação do Fórum de Debates no site da Câmara dos Deputados também sobre o tema do referendo, a partir de 19.05.2005.

q) Apoio, divulgação e parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos na realização de curso de capacitação em mediação de conflitos e direitos humanos.

r) Indicação de urgência na instalação de programa de proteção a defensores de direitos humanos em todos os Estados, com atenção ao Rio de Janeiro, onde é crítica a situação.

PRÊMIO COMUNICAÇÃO E DIREITOS HUMANOS “MATEUS AFONSO MEDEIROS”

Ao final do VIII Encontro Parlamentar Nacional de Direitos Humanos, foi realizada cerimônia de premiação dos vencedores do prêmio “Comunicação e Direitos Humanos”, criado pela CDHM em parceria com a Comissão Executiva Nacional de Estudantes de Comunicação e a Secretaria Especial de Direitos Humanos. Concorreram estudantes de Comunicação de todo o país com peças cujo conteúdo valorizasse os direitos humanos. Os prêmios e seus ganhadores nas diferentes categorias foram os seguintes:

- Texto jornalístico – Gabriela Amoriã de Santana
- Rádio – Núbia Cibele de Oliveira
- Fotografia – Cristiano Alvarenga Alves
- Campanha Publicitária – Gabriela Cristina Michels
- Relações Públicas – Érika B. M. Pinho Mayrá S. Lima
- Menção Honrosa – André Albuquerque Silveira

SUBCOMISSÕES PERMANENTES E ESPECIAIS CRIADAS EM 2005

- Subcomissão Permanente sobre Questões Internacionais.
- Subcomissão Permanente sobre Violência Institucional.
- Subcomissão Permanente para a Infância e Juventude, com a finalidade de acompanhar, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, os assuntos relacionados à criança e ao adolescente.
- Subcomissão Especial para acompanhar as investigações relativas à chacina ocorrida na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro.
- Subcomissão Especial para acompanhamento dos conflitos pela posse da terra urbana e rural.
- Subcomissão Especial para tratar sobre o tema: Afrodescendentes e Povos Indígenas, com a finalidade de acompanhar, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, os assuntos relacionados à comunidade afrodescendente e os diferentes povos indígenas

MISSÕES EXTERNAS

Febem – SP - Representação da CDHM com a finalidade de verificar e acompanhar *in locu* procedimentos adotados na FEBEM nas rebeliões ocorridas em suas instalações de atendimento a adolescentes infratores, no Estado de São Paulo. A Missão Externa foi realizada no dia 22/03/05, tendo como integrantes a deputada Iriny Lopes e os deputados Luiz Eduardo Greenhalgh, Chico Alencar e Geraldo Thadeu.

Chacina em Nova Iguaçu e Queimados, no Rio – Integrada pelo deputado Chico Alencar e a deputada Iriny Lopes, a representação da CDHM foi no dia 01/04/05 acompanhar as investigações sobre o massacre ocorrido na noite de 31

de março de 2005. Pelas evidências, os crimes foram cometidos por um grupo de extermínio formado por policiais militares. Eles percorreram ruas dos dois municípios da Baixada Fluminense, atirando. O resultado foi 31 mortos, a maior chacina do Estado. A representação teve o objetivo de verificar de perto as providências adotadas pelas autoridades locais e iniciar o acompanhamento dos inquéritos abertos pela Polícia Civil e pela Polícia Federal.

Representação da CDHM para o Espírito Santo – A missão foi organizada para acompanhar, no dia 05/04/05, “in loco” denúncias encaminhadas pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos, sobre graves violações ocorridas no âmbito do sistema prisional do Estado do Espírito Santo. A CDHM foi representada na ocasião pela sua presidente, deputada Iriny Lopes, e os deputados Chico Alencar, Geraldo Thadeu, Nilton Baiano, Pastor Reinaldo e Luiz Couto

CDHM participou de audiência pública em Londrina/PR - Com a participação da Deputada Iriny Lopes, como expositora, em audiência pública em Londrina/PR, no dia 15 de abril de 2005, tratou do problema da violência contra crianças e adolescentes de na região. O evento foi promovido pela Câmara Municipal daquela cidade, das Comissões de Direitos Humanos e Defesa da Cidadania, de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e de Defesa do Consumidor e Segurança Pública em parceria com o Conselho Permanente dos Direitos Humanos de Londrina/PR.

Missão para avaliar a atuação da Polícia Militar em Santa Catarina – A missão avaliou a ação da PM em confrontos violentos com populares na capital catarinense e em outros episódios em que ocorreram excessos. Representaram a CDHM a deputada Luci Choinacki e o deputado Geraldo Thadeu. Eles mantiveram reuniões com o presidente da OAB, Adriano Zanotto; o Sargento Amauri Soares, presidente da APRASC; e realizaram reunião na Assembléia Legislativa de SC, com as presenças de representantes da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, do Comando da Polícia Militar, da Coordenação do Movimento pela Redução da Tarifa, e do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Participação na I Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados – A presidente Iriny Lopes representou o colegiado na reunião, realizada em Assunção, Paraguai, em 05 e 06/05/05. Participaram, além dos representantes dos países, organismos especializados das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), assim como de representantes da sociedade civil. Os debates resultaram em propostas operativas a serem consideradas pelos Estados do Mercosul e Associados, reunidas no Protocolo de Direitos Humanos e na Declaração de Assunção.

Inspeção na região indígena dos maxacalis - Uma comissão formada por deputados federais, representantes do Governo, da Funai e do Conselho

Indigenista Missionário (Cimi) esteve nos dias 8 e 9//09/06 no município de Santa Helena de Minas/MG, para contribuir na mediação de conflitos envolvendo indígenas maxacali e agricultores da região. Foi realizada audiência pública na Câmara Municipal, com ampla participação da comunidade e uma visita à área habitada pelo povo Maxacali. Representou a CDHM o deputado Leonardo Monteiro (PT-MG). A missão também foi integrada pelos representantes da FUNAI da região, Valdemar Adilson Krenak, e da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Romeu Olmar Klich.

ATUAÇÃO LEGISLATIVA

A CDHM apreciou, durante o exercício de 2005, onze proposições. Destas, quatro trataram da questão indígena, que recebeu especial atenção dos integrantes da comissão. Os projetos que visaram a preservação das comunidades indígenas foram aprovados. Os que ofereciam riscos à existência dessas comunidades foram rejeitados pelos parlamentares.

Uma proposta rejeitada foi a que previa a exploração agrícola em terras indígenas. O relator, deputado Luiz Alberto (PT-BA), foi contrário ao projeto e emitiu parecer pela rejeição, alegando que a proposição não propiciaria às comunidades indígenas o acesso aos direitos e oportunidades que a legislação nacional outorga aos demais membros da população.

Outro projeto que criminaliza a intrusão ou uso não autorizado de terras indígenas e de suas riquezas teve parecer, pela aprovação, apresentado pelo relator, deputado Jairo Carneiro (PFL-BA).

A CDHM também teve uma atuação importante no combate a todas as formas de tortura, ao aprovar, por unanimidade, o texto do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Esse texto foi adotado em Nova Iorque, no dia 18 de dezembro de 2002.

O projeto que reserva 50% das vagas em universidades para alunos provenientes das escolas públicas também teve parecer favorável da CDHM. A presidente da comissão, deputada Iriny Lopes (PT-ES), relatou favoravelmente à proposta que tem como objetivo garantir acesso à universidade das camadas mais pobres da população.

Na área orçamentária, a CDHM manteve a cultura de ouvir entidades civis e organizações governamentais e não-governamentais. Após os debates em plenário, a Comissão aprovou cinco emendas destinando recursos para atividades tradicionais das mulheres indígenas; para o desenvolvimento de comunidades remanescentes de quilombos; para a defesa dos direitos da pessoa portadora de

deficiência, e para apoiar os serviços de atendimento a crianças e adolescentes que se encontram sob medidas de proteção do Estado.

Além disso, a CDHM também destinou recursos para a continuidade dos trabalhos da “Campanha Contra a Baixaria na TV”, que teve importantes avanços desde que foi criada, no âmbito desta comissão, em 2003.

PROJETOS APROVADOS EM 2005

Questões Indígenas

Projeto de Lei nº 2002/2003

Autor: Ricarte de Freitas (PTB/MT)

Ementa: Dispõe sobre exploração agrícola em terras indígenas, cria o Fundo de Assistência ao Índio, e dá outras providências.

Despacho: Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural-CAPADR e Comissão de Direitos Humanos e Minorias(CDHM).

CAPADR – Parecer do Relator, Deputado Confúcio Moura, pela aprovação deste, em 24/08/2004.

CDHM – Parecer do Relator, Deputado Luiz Alberto(PT/BA), pela rejeição deste, em 26/10/2005.

Posição em 01/12/2005 – Plenário da Casa (Transferido ao Plenário a competência para apreciar este Projeto, por ter recebido pareceres divergentes nas Comissões de mérito).

Projeto de Lei nº 3352/2004

Autor: Eduardo Valverde

Ementa: Inclui o inciso IV no artigo 58 da Lei nº 6001 de 19 de dezembro de 1973, que institui o Estatuto do Índio.

Explicação da Ementa: Constituindo crime contra os índios e a cultura indígena a intrusão ou uso não autorizado de terras indígenas, das riquezas do solo, dos rios e lagos existentes nessas terras.

CDHM: Parecer do Relator, Deputado Jairo Carneiro, pela aprovação, em 08/06/2005.

Despacho: Às Comissões de Direitos Humanos e Minorias e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Posição em 29/06/2005 – Aguardando parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, designada Relatora, Deputada Iara Bernardi (PT/SP).

Projeto de Lei nº 3242/2004

Autor: Eduardo Valverde (PT/RO)

Ementa: Acrescenta os incisos X e XI no Art. da Lei Ordinária nº 8.313 de 1991.

Explicação da Ementa: Incluindo como finalidade do PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura, a promoção da cultura indígena, afro-brasileira, de minorias e manifestações folclóricas tradicionais.

Despacho: Às Comissões de Direitos Humanos e Minorias; Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania.

CDHM: Parecer do Relator, Deputado Luiz Alberto, pela aprovação deste, com substitutivo, em 14/09/05

Posição em 20/12/2005 – Comissão de Educação e Cultura, aguardando designação de relator.

Projeto de Lei nº 3897/2004

Autor: Marcos Abramo(PFL/SP)

Ementa: Altera o art. 56 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, o Estatuto do Índio.

Explicação da Ementa: Retirando a atenuação da pena no caso de crime cometido por índio.

Despacho: Às Comissões de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

CDHM: Parecer do Relator, Deputado Luiz Couto (PT/PB), pela rejeição deste projeto, em 14/09/2005.

Posição em 24/11/2005 – Parecer do Relator, Deputado Luiz Couto (PT/PB), pela inconstitucionalidade, injuridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição. ARQUIVADO.

Projeto de Resolução (PRC) nº 147/2004

Ementa: Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar fatos determinados, ocorridos nos anos de 2003 e 2004, referente à possível extração ilegal de minerais na Reserva Indígena Roosevelt localizada na região de Espigão do Oeste no Estado de Rondônia, bem como investigar o contrabando dessa lavra.

Despacho: Às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado-CSPCCO; da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional - CAINDR; Direitos Humanos e Minorias(CDHM); Finanças e Tributação(CFT) e Constituição e Justiça e de Cidadania(CCJC).

CSPCCO – Aprovado o parecer da Relatora, Deputada Perpétua Almeida (PC do B/AC), pela aprovação deste, em 23/06/2004.

CAINDR – Aprovado o parecer do Relator, Deputado Lupércio Ramos (PMDB/AM), pela aprovação deste, e pela rejeição do PRC 152/2004, apensado, em 10/08/2005.

CDHM – Aprovado o parecer da Relatora, Deputada Luci Choinacki (PT/SC), pela aprovação deste, e pela rejeição do PRC 152/2004, apensado, em 26/10/2005.

Posição em 23/11/2005 – Aguardando parecer do relator, Deputado Pedro Novais.

Projeto de Lei Complementar nº 151/2004

Autor: Alceste Almeida (PMDB/RR)

Ementa: Declara de relevante interesse público da União os núcleos populacionais consolidados como lugarejos, vilas ou cidades, bem como as

glebas nas quais sejam desenvolvidas atividades agrícolas, ou estradas, localizados na faixa de fronteira, para os fins a que se refere o parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição Federal.

Despacho: Às Comissões de Direitos Humanos e Minorias(CDHM); Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural(CAPADR) e Constituição e Justiça e de Cidadania(CCJC).

CDHM: Parecer do Deputado Orlando Fantazzini, pela rejeição deste, em 06/04/2005.

CAPADR: Parecer do Deputado Waldemir Moka (PMDB/MS), pela aprovação deste, em 24/08/2005.

Posição em 20/10/2005: Aguardando parecer na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, designado relator, Deputado Antônio Carlos Biffi (PT/MS).

Projeto de Lei nº 5684/2005

Autor: Fernando Lopes (PMDB/RJ)

Ementa: Dá nova redação ao inciso II, do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991.

Explicação da Ementa: Proibindo demarcação de terras indígenas que alcancem distância da fronteira inferior à metade da largura estabelecida para a mesma (faixa de fronteira).

Despacho: Comissões de Direitos Humanos e Minorias (CDHM); Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

CDHM: Parecer do Relator, Deputado Orlando Fantazzini (PSOL/SP), pela rejeição deste, em 26/10/05.

Posição em 29/11/2005: Aguardando parecer da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, designado Relator, Deputado Francisco Rodrigues(PFL/RR).

Projeto de Lei nº 5761/2005

Autor: Laura Carneiro (PFL/RJ)

Ementa: Dá nova redação ao inciso II, do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 8.183Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização do zoneamento ecológico-econômico na demarcação de terras indígenas na criação de unidades de conservação e na implantação de assentamentos rurais, e dá outras providências.

Despacho: Às Comissões de Direitos Humanos e Minorias(CDHM); Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS); Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural(CAPADR) e Constituição e Justiça e de Cidadania(CCJC).

CDHM: Parecer do Relator, Deputado Luiz Couto, pela rejeição deste, em 14/12/2005.

Posição em 02/02/2006: Aguardando parecer da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura

Projeto de Decreto Legislativo nº 1425/2004

Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Ementa: Aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotado em Nova York, em 18 de dezembro de 2002

Despacho: Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania, Direitos Humanos e Minorias e Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

CCJC – Parecer do Relator, Dep. Luiz Eduardo Greenhalgh (PT/SP), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito pela aprovação do Projeto, em 16/08/2005.

CSPCCO – Parecer do Relator, Dep. Antonio Biscaia (PT/RJ), pela aprovação do projeto, em 24/08/2005.

CDHM – Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Deputado Chico alencar (PT/RJ), pela aprovação do projeto, em 14/09/2005.

Posição em 03/10/2005: Encaminhado à publicação, com o parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e aguardando votação em Plenário.

Sistema de cotas nas Universidades Federais e Estaduais

Projeto de Lei nº 73/1999

Autoria: Nice Lobão (PFL/MA)

Ementa: Dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e Estaduais e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Reservando cinquenta por cento de suas vagas para serem preenchidas mediante seleção de alunos nos cursos de ensino médio.

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; Direitos Humanos e Minorias e Constituição e Justiça e de Cidadania.

CECD – Parecer do Deputado Carlos Abicalil (PT/MT), pela aprovação deste, do PL 615/2003, do PL 1313/2003, e do PL 3627/2004, apensados, na forma do substitutivo, em 21/09/2005.

CDHM – Parecer da Deputada Iriny Lopes (PT/ES), pela aprovação deste, do PL 615/2003, do PL 1313/2003, e do PL 3627/2004, apensados, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Educação e Cultura, em 14/12/2005.

CCJC – Parecer da Deputada Iara Bernardi (PT/SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, e do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultural, em 08/02/2006.

Posição em 13/02/2006: Encaminhado à publicação. Por ser uma proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões o mesmo não passará pelo Plenário da Casa, seguirá para o Senado Federal.

Implantação do gasoduto Urucu – Porto Velho

Projeto de Decreto Legislativo nº 1826/2005

Autor: Marinha Raupp(PMDB/RO)

Ementa: Autoriza o Poder Executivo Federal a Implantar o Gasoduto Urucu – Porto Velho, no Estado de Rondônia.

Despacho: Às Comissões de Direitos Humanos e Minorias; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Minas e Energia e Constituição e Justiça e de Cidadania.

CDHM: Parecer da Relatora, Deputada Iriny Lopes, pela aprovação deste, e do PDC 1827/2005, apensado, com substitutivo, em 14/12/2005.

Posição em 19/01/2006: Aguardando parecer da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, designado Relator, Deputado Leonardo Moteiro.